



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 07 | julho 2016



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia

GPEARI

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: Julho de 2016

Elaborado com informação disponível até ao dia 29 de julho.

Editores:

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia

Rua da Prata, 8

1149-057 Lisboa

Telefone: +351 217 921 372

Fax: +351 217 921 398

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9072



(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

Índice

Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	11
2. Conjuntura Nacional	15
3. Comércio Internacional	27
Artigos	33
Em Análise	35
A importância do <i>Shipping</i> em Portugal	35
Iniciativas e Medidas Legislativas	47
Lista de Acrónimos	55

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * No conjunto dos meses de abril e maio de 2016, a produção industrial mundial acelerou para 1,8% em termos homólogos (1,2% no 1.º trimestre) devido sobretudo à melhoria dos países emergentes e em desenvolvimento, especialmente asiáticos. O comércio mundial também melhorou, em resultado da recuperação das exportações e importações dos países emergentes e em desenvolvimento; já que se assistiu a um enfraquecimento das trocas comerciais das economias avançadas.
- * No 2.º trimestre de 2016, a economia dos EUA manteve um crescimento moderado; o PIB do Reino Unido reforçou o seu crescimento, tendo aumentado para 2,2% em termos homólogos reais (2,0% no 1.º trimestre) e, a produção industrial do Japão melhorou, embora continuasse com uma variação negativa. De entre os países emergentes, o PIB da China aumentou 6,7% em termos homólogos reais (igual ao período precedente) e as trocas comerciais deste país aceleraram. Em maio de 2016, a taxa de inflação para o conjunto dos países da OCDE manteve-se baixa, de 0,8%, e, manteve-se elevada no Brasil e Rússia e, subido significativamente na Índia.
- * No segundo trimestre de 2016, o indicador de sentimento económico subiu ligeiramente para a área do euro (AE); enquanto se manteve estável para a União Europeia (UE). Também, o indicador previsional do Banco de Itália, de junho de 2016, indica que o PIB trimestral em cadeia da área do euro aumentou, pela primeira vez, desde o início do ano (+0,6%, no 1.º trimestre). Os indicadores quantitativos para a área do euro, no conjunto dos meses de abril e maio de 2016, indicam um abrandamento da produção industrial e das vendas a retalho e, uma quebra das exportações de bens em termos nominais. Em maio de 2016, a taxa de desemprego desceu tanto para a UE como para a AE, para se situar em 8,6% e 10,1%, respetivamente, tendo registado, para o caso da área do euro, a mais baixa desde agosto de 2011. Em junho de 2016, a taxa de inflação homóloga da área do euro subiu para 0,1% (-0,1% em maio) e, manteve-se, também, em 0,1%, em termos de variação dos últimos 12 meses.
- * Em julho de 2016 e, até ao dia 26, o preço spot do petróleo Brent diminuiu para se situar, em média, em 47 USD/bbl (43 €/bbl), interrompendo a tendência ascendente registada entre fevereiro e junho, em consequência da existência de reservas elevadas, em acumulação com o aumento da produção dos EUA.
- * As taxas de juro de curto prazo prosseguiram em julho de 2016 o seu movimento descendente para a área do euro, renovando níveis historicamente baixos, para se situarem, em média, em -0,29%, até ao dia 27; enquanto subiram nos EUA, para 0,69%.
- * Em julho de 2016 e, pelo terceiro mês consecutivo, o euro depreciou-se face ao dólar (para 1,10, no dia 27), refletindo a divulgação de indicadores positivos da economia norte americana e a expectativa de uma próxima subida das taxas de juro *fed funds*. E, ainda, os efeitos da saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit) levaram a uma desvalorização acentuada da libra esterlina, cotando-se, no início do mês, face ao dólar, no nível mais baixo dos últimos 30 anos. No entanto, os riscos surgidos em torno da incerteza política e económica relacionada com o Brexit (ocorridos em finais de junho) diminuíram, levando à valorização dos índices bolsistas internacionais

Conjuntura Nacional

- * De acordo com os dados publicados pelo INE para o 2.º trimestre de 2016, o indicador de clima económico registou uma melhoria quando comparado com o trimestre precedente.

- * O Índice de confiança dos consumidores piorou, em termos médios, no segundo trimestre de 2016, enquanto os indicadores qualitativos dos empresários apresentaram um desenvolvimento misto.
- * O Indicador de Máquinas e Equipamentos do INE registou um crescimento homólogo de 4,6%, o que representa uma redução face ao registado no 1.º trimestre de 2016.
- * O Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho cresceu, em termos médios homólogos, 2,1% em abril e maio, desacelerando 0,4 p.p. face ao primeiro trimestre de 2016.
- * No final de junho de 2016, o número de desempregados registados nos centros de emprego diminuiu, em termos homólogos, 4,7%, enquanto as colocações, durante o mesmo período, aumentaram 2,2%.
- * Em junho de 2016, a variação homóloga do IPC fixou-se em 0,5%, 0,2 p.p. acima do valor de maio, enquanto o IHPC cresceu 0,7%, 0,3 p.p. acima do registado um mês antes. Já o IPPI apresentou uma variação homóloga negativa (-3,2%).
- * Até maio de 2016, o excedente acumulado da balança corrente foi de 576 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 122 milhões de euros em termos homólogos.
- * A execução orçamental do sector das Administrações Públicas registou no final do mês de junho um saldo global negativo de 2.867 milhões de euros, valor que compara com um saldo global negativo de 3.838 milhões de euros no período homólogo¹. Esta melhoria do saldo global está associada a um aumento de 2,9% da receita efetiva e a um aumento de 0,2% da despesa efetiva².
- * O subsector da Administração Central contribuiu com um saldo global negativo de 4.529 milhões de euros, no qual se destaca o défice, de 4.816 milhões de euros, registado no Estado e o excedente de 287 milhões de euros nos Serviços e Fundos Autónomos. O saldo global do subsector da Segurança Social foi positivo, cifrando-se em 1.229 milhões de euros.
- * O subsector da Administração Regional apresentou, no final do mês de junho, um saldo global negativo de 39 milhões de euros, enquanto a Administração Local registou, no mesmo período, um saldo global positivo de 472 milhões de euros.
- * No final de maio o total da dívida das Administrações Públicas (ótica de Maastricht) ascendia a 237.617 milhões de euros, valor que revela um aumento de 1.622 milhões de euros relativamente ao mês anterior, o equivalente a 0,7%.
- * No final de junho a dívida direta do Estado atingiu o montante de 234.746 milhões de euros, o que corresponde a um aumento de 1.954 milhões de euros em relação ao mês anterior, o equivalente a 0,8%.

Comércio Internacional

- * Os **resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional** recentemente divulgados³ apontam para um decréscimo homólogo das exportações de mercadorias de 1,7% nos primeiros cinco meses de 2016. Neste mesmo período, as importações decresceram 1,6%, o que levou a uma recuperação do défice da balança comercial (fob-cif) de 1,2%, correspondendo a 52 milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações foi de 83,3%, coincidindo com a mesma taxa em igual período de 2015.
- * Nos primeiros cinco meses de 2016, o crescimento homólogo das exportações de mercadorias, excluindo os produtos energéticos, foi de 1,0%. As respetivas importações registaram uma varia-

¹ Exceto se for referido o contrário, os valores indicados foram apurados numa base de caixa.

² Exceto se for referido o contrário, as variações em percentagem referem-se ao período homólogo do ano anterior.

³ Resultados mensais preliminares de janeiro de 2016.

ção homóloga positiva superior ao crescimento das exportações (4,6%), o que levou a um agravamento do saldo negativo da respetiva balança comercial em 34,1%.

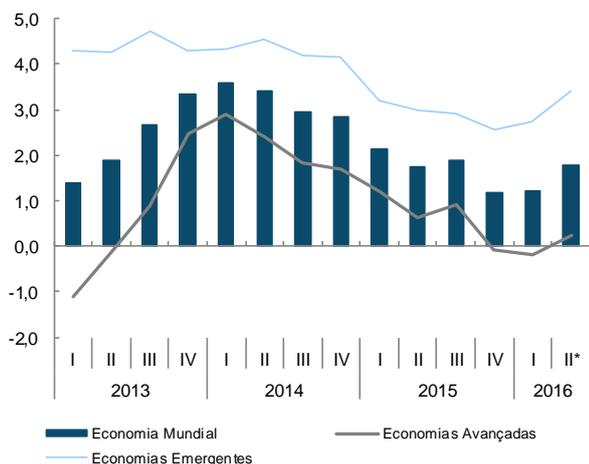
- * No último ano a terminar em maio de 2016, as exportações de mercadorias cresceram 0,9% em termos homólogos, sendo que a maioria dos grupos contribuiu positivamente para este comportamento. Destaca-se o contributo dos “Produtos acabados diversos”, dos “Químicos” (ambos com +0,8 p.p.) e dos “Têxteis, vestuário e seus acessórios” (+0,6 p.p.). Nos primeiros cinco meses de 2016, deve igualmente destacar-se o contributo positivo dos produtos “Produtos acabados diversos”, dos “Têxteis, vestuário e seus acessórios” (ambos com +0,6 p.p.) e dos “Químicos” (+0,5 p.p.).
- * De janeiro a maio de 2016, as exportações para o mercado comunitário cresceram, em termos homólogos, 3,7%, contrariando o decréscimo das exportações totais de mercadorias em +2,7 p.p.. As exportações para os países da UE-15 registaram uma taxa de variação homóloga positiva de 3,5 % e as exportações para os países do Alargamento 7,9 %, sendo os respetivos contributos opostos ao decréscimo registado no total das exportações: +2,4 p.p. e +0,3 p.p.. As exportações para Espanha, o principal mercado de destino das exportações portuguesas de mercadorias (26,7% do total de janeiro a maio de 2016), restringiram a tendência negativa das exportações, registando o maior contributo positivo Intra UE-15 (+1,1 p.p.). As exportações para a França e o Reino Unido também registaram contributos positivos, ou seja, contrários ao decréscimo registado nas exportações Intra UE-15 (+0,8 p.p. e +0,6 p.p. respetivamente).
- * Nos primeiros cinco meses de 2016, as exportações para os Países Terceiros registaram uma taxa de variação homóloga negativa de -16,3%, passando a representar 22,8 % do total das exportações nacionais (-4 p.p. face ao período homólogo). Destaca-se o comportamento positivo das exportações para a Turquia (+18,5%), a Suíça (+16,5%) e Marrocos (+4,8%).
- * De janeiro a maio de 2016, as exportações de produtos industriais transformados registaram uma taxa de variação homóloga negativa de -1,7%. As exportações de produtos de baixa intensidade tecnológica contrariaram este comportamento (contributo positivo de 1,3 p.p.). As exportações dos produtos de alta intensidade tecnológica contribuíram positivamente (1,2 p.p.) para o comportamento das exportações de produtos industriais transformados.
- * De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de abril de 2016, as Exportações de Bens e Serviços registaram uma redução homóloga de -1,9% nos primeiros quatro meses de 2016. A componente de Serviços registou uma melhor performance relativamente à dos Bens (-1,7% e -2,0%, respetivamente), sendo que a componente de Bens reforçou o decréscimo em 1,4 p.p. do total das exportações de bens e serviços.

1. Enquadramento Internacional

Atividade Económica Mundial

No conjunto dos meses de abril e maio de 2016, a produção industrial mundial acelerou para 1,8% em termos homólogos (1,2% no 1.º trimestre) devido sobretudo à melhoria dos países emergentes e em desenvolvimento, especialmente asiáticos.

Figura 1.1. Produção Industrial
(VH, em %)



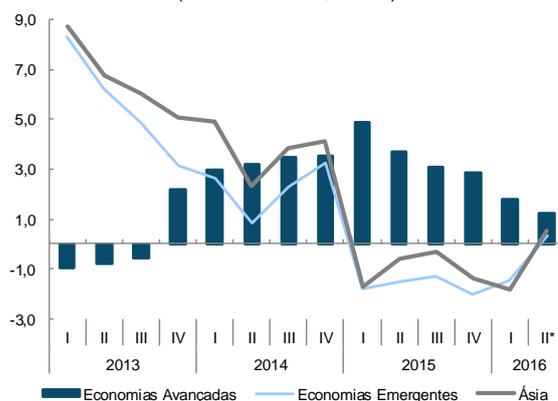
Fonte: CPB. * Média de abril e maio.

Neste período, o comércio mundial de mercadorias também acelerou, em resultado da recuperação das exportações e da melhoria das importações mundiais.

De facto, no conjunto dos meses de abril e maio de 2016 e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial aumentou para 0,6% (-0,1% no 1.º trimestre);
- as exportações mundiais recuperaram, tendo aumentado para 0,4% (-0,6% no 1.º trimestre) e, as importações mundiais aumentaram para 0,9% (0,5% no 1.º trimestre).

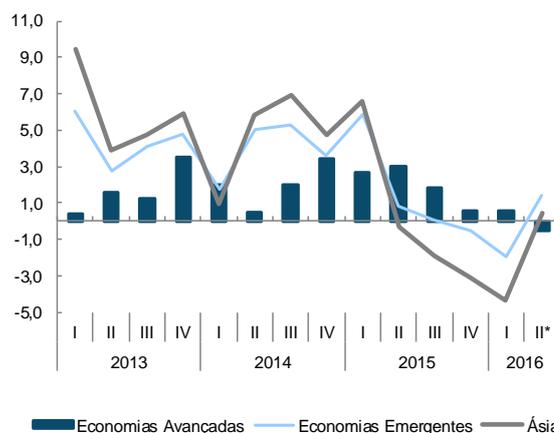
Figura 1.2. Importações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB. * Média de abril e maio.

Os dados disponíveis para o 2.º trimestre de 2016, indicam um enfraquecimento das trocas comerciais nas economias avançadas e uma recuperação dos países emergentes e em desenvolvimento, nomeadamente da Ásia. Com efeito, para este conjunto de países, tanto as exportações como as importações apresentaram um aumento, interrompendo a quebra registada nos trimestres precedentes.

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB. * Média de abril e maio.

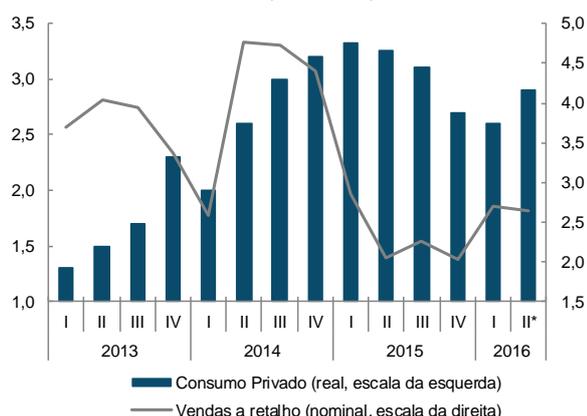
Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

Indicador	Unidade	Fonte	2015	2015				2016	2016			
				1T	2T	3T	4T	1T	fev	mar	abr	mai
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	CPB	1,7	2,1	1,7	1,9	1,2	1,2	0,9	1,1	1,5	2,0
Economias Avançadas	VH	CPB	0,7	1,2	0,6	0,9	-0,1	-0,2	-0,7	-0,5	0,5	-0,1
Economias Emergentes	VH	CPB	2,9	3,2	3,0	2,9	2,6	2,7	2,7	2,9	2,6	4,2
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	CPB	1,6	3,2	1,8	1,2	0,4	-0,1	0,2	0,9	0,4	0,8
Importações Mundiais	VH	CPB	1,4	2,1	1,6	1,3	0,9	0,5	1,5	0,0	-0,1	1,8
Economias Avançadas	VH	CPB	3,6	4,9	3,7	3,1	2,8	1,8	3,5	0,3	1,3	1,2
Economias Emergentes	VH	CPB	-1,7	-1,8	-1,5	-1,3	-2,0	-1,5	-1,6	-0,4	-2,2	2,8
Exportações Mundiais	VH	CPB	1,8	4,1	2,1	1,0	0,1	-0,6	-1,0	1,8	0,9	-0,2
Economias Avançadas	VH	CPB	2,0	2,7	3,0	1,8	0,5	0,6	1,9	0,0	0,3	-1,3
Economias Emergentes	VH	CPB	1,5	5,9	0,9	0,0	-0,5	-1,9	-4,3	4,0	1,8	1,1

Atividade Económica Extra-UE

Os indicadores disponíveis para o 2.º trimestre de 2016 indicam a continuação de um crescimento moderado da economia dos EUA; uma melhoria da produção industrial do Japão (embora mantendo uma variação negativa) e, um enfraquecimento da atividade económica da área do euro. A taxa de inflação homóloga para o conjunto dos países da OCDE manteve-se baixa, de 0,8%, em maio de 2016 e, continuou elevada no Brasil, Rússia e Índia.

Figura 1.4. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)

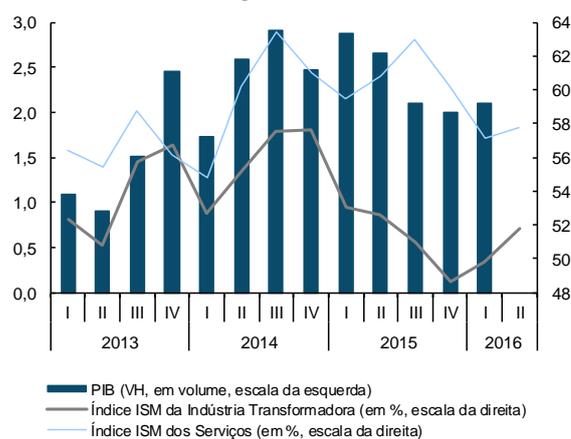


Fonte: Bureau of Economic Analysis; Census Bureau. * P/Consumo Privado, média de abril e maio.

No 2.º trimestre de 2016, assistiu-se, nos **EUA**, a uma melhoria da atividade económica e do mercado de trabalho. Com efeito, neste período e, em termos homólogos nominais:

- a produção industrial apresentou uma menor deterioração e os indicadores de confiança dos empresários subiram, sobretudo na indústria;
- as vendas a retalho aumentaram 2,6%, sensivelmente igual ao 1.º trimestre e, o consumo privado reforçou o seu crescimento, para 2,9% em termos reais, no conjunto dos meses de abril e maio (2,6% no 1.º trimestre);
- a taxa de desemprego estabilizou em 4,9% e a taxa de inflação homóloga manteve-se estável em 1,1%.

Figura 1.5. PIB e Índices de Confiança na Indústria e Serviços dos EUA

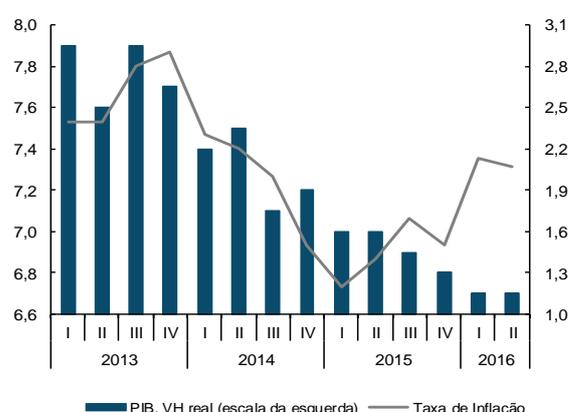


Fontes: Bureau of Economic Analysis; Institute for supply Management.

No 2.º trimestre de 2016, o PIB da **China** aumentou para 6,7% em termos homólogos reais (igual ao 1.º trimestre) e, as trocas comerciais melhoraram.

Com efeito, neste período, e, em termos homólogos nominais, as exportações e importações de bens apresentaram uma quebra menos acentuada do que no período precedente.

Figura 1.6. PIB e Taxa de Inflação da China



Fonte: Instituto de Estatística da China.

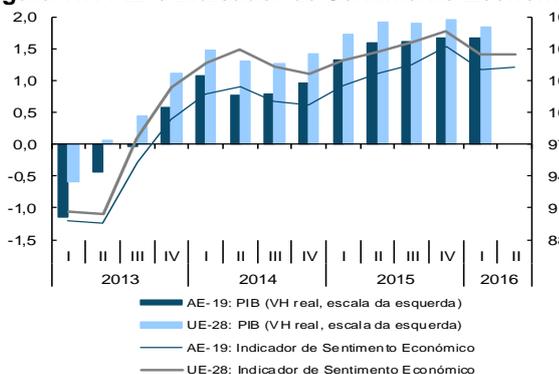
Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE

Indicador	Unidade	Fonte	2015	2015			2016		2016			
				2T	3T	4T	1T	2T	mar	abr	mai	jun
EUA – PIB real	VH	BEA	2,4	2,7	2,1	2,0	2,1	:	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	0,3	0,4	0,1	-1,6	-1,6	-1,2	-2,0	-1,4	-1,5	-0,7
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	51,3	52,6	51,0	48,6	49,8	51,8	51,8	50,8	51,3	53,2
Índice ISM dos Serviços	%	"	60,9	60,9	63,0	60,2	57,2	57,8	59,8	58,8	55,1	59,5
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	92,9	94,2	90,7	91,3	91,6	92,4	91,0	89,0	94,7	93,5
Taxa de Desemprego	%	BLS	5,3	5,4	5,2	5,0	4,9	4,9	5,0	5,0	4,7	4,9
China – PIB real	VH	NBSC	6,9	7,0	6,9	6,8	6,7	6,7	-	-	-	-
Exportações	VH	MC	-2,9	-2,9	-6,4	-5,3	-8,5	-3,6	11,4	-1,8	-4,1	-4,8
Japão – PIB real	VH	COGJ	0,5	0,7	1,8	0,8	0,0	:	-	-	-	-

Atividade Económica da UE

No 2.º trimestre de 2016, o indicador de sentimento económico subiu ligeiramente para a área do euro (AE), devido sobretudo ao aumento da confiança dos empresários da construção e dos serviços; enquanto se manteve estável para a União Europeia (UE). Também, de acordo com o indicador previsional do Banco de Itália, de junho de 2016, o PIB trimestral em cadeia da área do euro aumentou, pela primeira vez, desde o início do ano (+0,6% no 1.º trimestre).

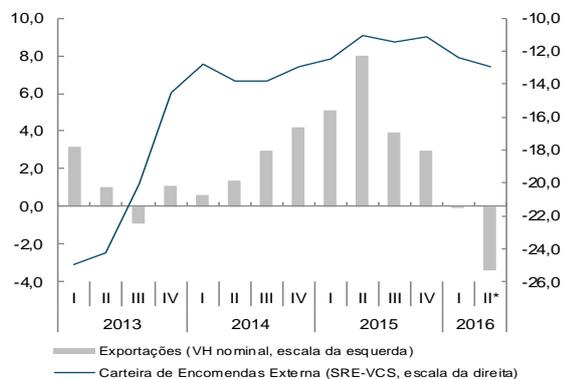
Figura 1.7. PIB e Indicador de Sentimento Económico



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Os indicadores quantitativos para a área do euro, no conjunto dos meses de abril e maio de 2016, indicam um abrandamento da produção industrial e das vendas a retalho e, uma quebra das exportações de bens em termos nominais.

Figura 1.8. Exportações e Encomendas externas da Área do Euro

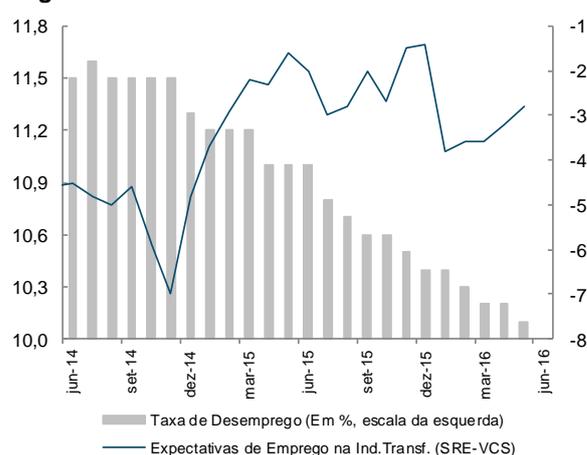


Fontes: Comissão Europeia; Eurostat. * P/Exportações, média de abril e maio.

Em maio de 2016, a taxa de desemprego desceu tanto para a UE como para a AE, para se situar em 8,6% e 10,1%, respetivamente, a mais baixa desde agosto de 2011, para o caso da área do euro.

Em junho de 2016, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego melhoraram para os setores da indústria transformadora e do comércio a retalho; enquanto pioraram para os serviços e construção.

Figura 1.9. Mercado de Trabalho da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

A taxa de inflação homóloga da área do euro subiu para 0,1% em junho de 2016 (-0,1% em maio) e, manteve-se, também, em 0,1%, em termos de variação dos últimos 12 meses.

A subida da taxa de inflação homóloga em junho de 2016 deveu-se sobretudo à quebra menos acentuada dos preços de energia (de -6,4%, comparada com -8,1% no mês precedente). Os preços dos serviços também aceleraram em junho, para 1,1% (1,0% em maio).

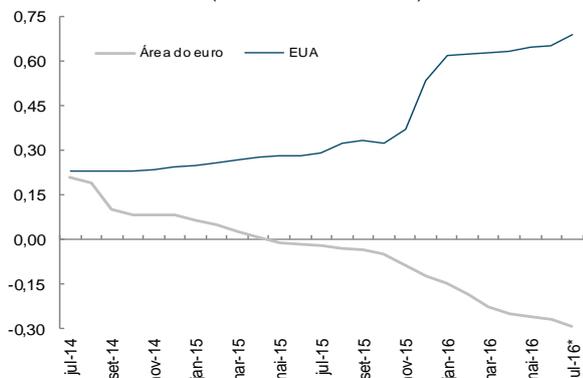
Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2015	2015			2016		2016			
				2T	3T	4T	1T	2T	mar	abr	mai	jun
União Europeia (UE-28) – PIB real	VH	Eurostat	1,9	1,9	1,9	2,0	1,8	:	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	106,2	105,7	106,7	107,7	105,5	105,5	104,6	105,1	105,6	105,7
Área do Euro (AE-19) – PIB real	VH	Eurostat	1,6	1,6	1,6	1,7	1,7	:	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	104,2	103,7	104,5	106,2	104,0	104,3	103,0	104,0	104,6	104,4
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	1,5	1,3	2,0	1,4	1,5	:	0,1	2,1	0,6	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	2,8	2,7	3,3	2,5	2,2	:	1,9	1,5	1,7	:
Taxa de Desemprego	%	"	10,9	11,0	10,7	10,5	10,3	:	10,2	10,2	10,1	:
IHPC	VH	"	0,0	0,2	0,1	0,2	0,0	-0,1	0,0	-0,2	-0,1	0,1

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

Em julho de 2016, as taxas de juro de curto prazo continuaram a descer para a área do euro, renovando níveis historicamente baixos, para -0,29%, em média, até ao dia 27; enquanto subiram nos EUA, para 0,69%.

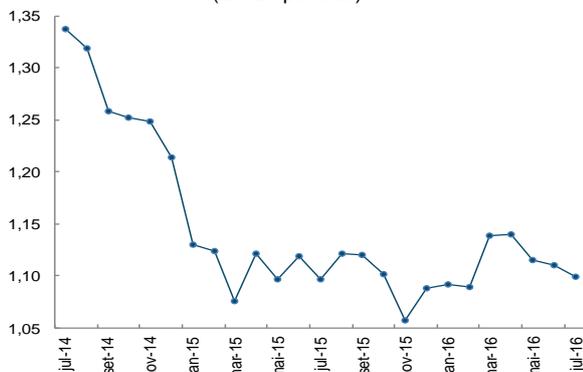
Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do Mercado Monetário (Média mensal, em %)



Fonte: BCE; IGCP. * Média até ao dia 27.

Num contexto de maior aversão ao risco, em junho de 2016, as taxas de juro de longo prazo diminuíram tanto nos EUA como na área do euro, associado, em parte, à incerteza dos efeitos da saída do Reino da União Europeia (*Brexit*) e ao enfraquecimento da economia mundial. Os investidores penalizaram os mercados obrigacionistas de países periféricos, resultando no aumento do diferencial face à Alemanha, país onde a taxa desceu, pela primeira vez, para valores negativos.

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)

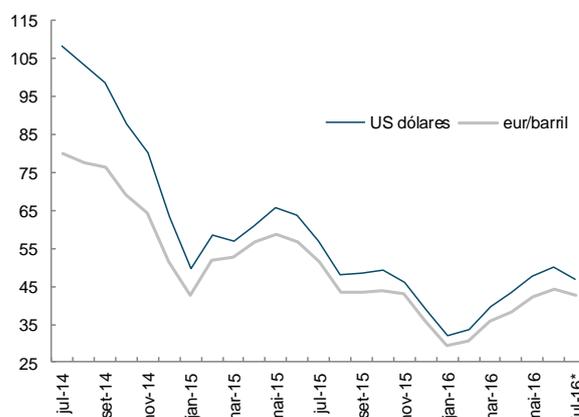


Fonte: Banco de Portugal. Para julho, o valor é do dia 27.

Em julho de 2016, o euro continuou a depreciar-se face ao dólar (para 1,10, no dia 27), refletindo a divulgação de indicadores positivos da economia norte americana e a expectativa de uma próxima subida da taxa de juro *fed funds*. E, ainda, os efeitos da saída do Reino Unido da União Europeia (*Brexit*) levaram a uma desvalorização acentuada da libra esterlina, cotando-se no início do mês, face ao dólar, no nível mais baixo dos últimos 30 anos.

Em junho de 2016, o índice de preços relativo ao preço do petróleo importado subiu para 37,8 (por memória atingiu o valor 100 durante a crise petrolífera de 1979). Em julho de 2016, e, interrompendo a tendência ascendente registada entre fevereiro e junho, o preço do petróleo *Brent* desceu para se situar, em média, até ao dia 26, em 47 USD/bbl (43€/bbl). Esta evolução foi influenciada pela existência de reservas elevadas em acumulação com o aumento da produção dos EUA.

Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média dos dias 1 a 26.

No 2.º trimestre de 2016, o preço das matérias-primas não energéticas acelerou, embora tivesse diminuído 5% em termos homólogos (-13% no 1.º trimestre) devido sobretudo à quebra menos acentuada dos preços dos produtos agrícolas e dos *inputs* industriais.

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	Fonte	2015	2015			2016		2016			
				2T	3T	4T	1T	2T	mar	abr	mai	jun
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	-0,13	-0,01	-0,04	-0,13	-0,24	-0,28	-0,24	-0,25	-0,26	-0,28
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	2,13	2,16	2,21	2,18	1,91	1,75	1,88	1,80	1,80	1,65
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	1,27	1,29	1,47	1,18	1,03	0,94	0,93	0,96	0,97	0,88
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,089	1,119	1,120	1,089	1,139	1,110	1,139	1,140	1,115	1,110
Dow Jones*	VC	Yahoo	-2,2	-0,9	-7,6	7,0	1,5	1,4	7,1	0,5	0,1	0,8
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	3,8	-7,4	-9,5	5,4	-8,0	-4,7	2,0	0,8	1,2	-6,5
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	53,63	63,47	51,22	44,78	35,14	46,96	39,82	43,29	47,67	49,92
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	-46,1	-42,1	-50,5	-41,9	-36,2	-26,0	-30,0	-29,2	-27,3	-21,7
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	-35,5	-28,2	-41,0	-33,7	-34,8	-27,6	-31,9	-32,7	-28,3	-21,8
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	43,4	51,0	41,7	36,7	25,3	35,3	28,7	32,2	36,1	37,8

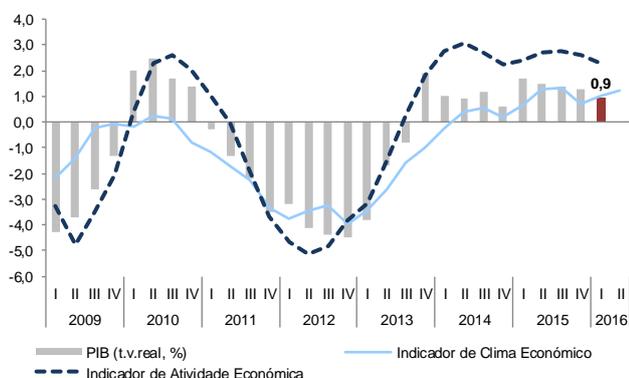
* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal.

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

De acordo com os dados publicados pelo INE para o 2.º trimestre de 2016, o indicador de clima económico registou uma melhoria quando comparado com o trimestre precedente (1,2 que compara com 1,0).

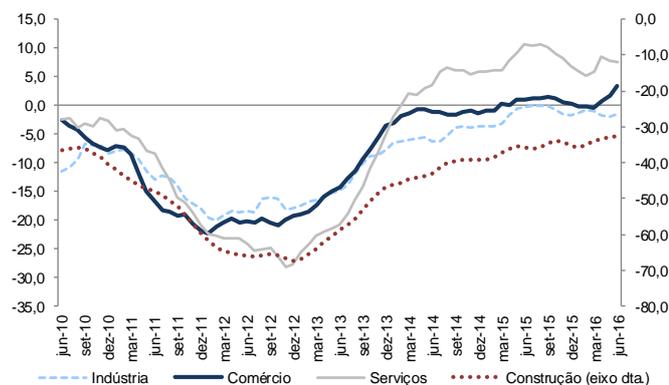
Figura 2.1. Indicador de Clima Económico



Fonte: INE.

No 2.º trimestre do ano, registou-se uma melhoria nos indicadores de confiança relativos ao setor da construção, serviços e comércio a retalho, em contraste com a deterioração verificada na indústria transformadora.

Figura 2.2. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)



Fonte: INE.

No trimestre terminado em maio de 2016, o indicador de atividade económica do INE registou uma taxa de crescimento homólogo de 2,0%, que compara com 2,2% no trimestre precedente.

Figura 2.3. Índices de Produção (VH, MM3)



Fonte: INE

Os dados quantitativos disponíveis relativos aos meses de abril e maio, mostram que, em termos médios homólogos:

- na indústria transformadora, o Índice de Produção registou uma variação de -2,2% e o Índice de Volume de Negócios apresentou uma variação de -3,1% (0,2% e -3,1% no 1.º trimestre de 2016, respetivamente);
- o Índice de Produção na Construção e Obras Públicas apresentou uma quebra de 3,7% (-5,2% no trimestre terminado em março de 2016);
- o Índice de Volume de Negócios nos Serviços deteriorou-se quando comparado com o período homólogo em 2,1% (-0,8 p.p. face ao 1.º trimestre de 2016).

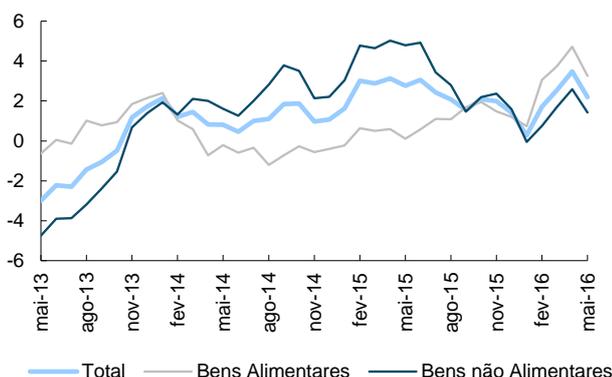
Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	Fonte	2015	2015			2016		2016				
				2T	3T	4T	1T	2T	fev	mar	abr	mai	jun
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	15	15	14	13	0,9	:	:	:	:	:	:
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	10	13	13	0,7	1,0	12	0,7	1,0	1,3	1,2	1,2
Indicador de Confiança da Indústria Transf.	SRE-VCS	"	-14	-0,4	-0,1	-18	-1,1	-15	-0,9	-2,7	-18	-1,7	-10
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	0,8	10	15	0,4	-0,5	3,4	0,1	0,0	2,1	3,3	4,9
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	8,4	10,7	10,0	6,8	5,9	7,6	5,7	6,9	13,1	3,2	6,4
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-35,8	-35,7	-34,6	-35,4	-33,9	-32,8	-34,1	-32,8	-33,1	-32,6	-32,7
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	12	1,3	0,9	2,2	0,2	:	1,9	-1,5	0,3	-4,8	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	0,1	2,6	0,1	-1,5	-3,1	:	-0,1	-4,4	-5,4	-0,7	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	-2,4	-1,5	-1,5	-4,3	-1,3	:	2,4	-3,4	-1,6	-2,6	:

Consumo Privado

Nos meses de abril e maio 2016, o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho cresceu, em média, 2,1%, 0,4 p.p. abaixo do registado nos primeiros três meses do ano. A componente alimentar foi a mais robusta, ao crescer 2,9% (3,7% no primeiro trimestre), enquanto a componente não alimentar cresceu 1,5% (menos 0,2 p.p.).

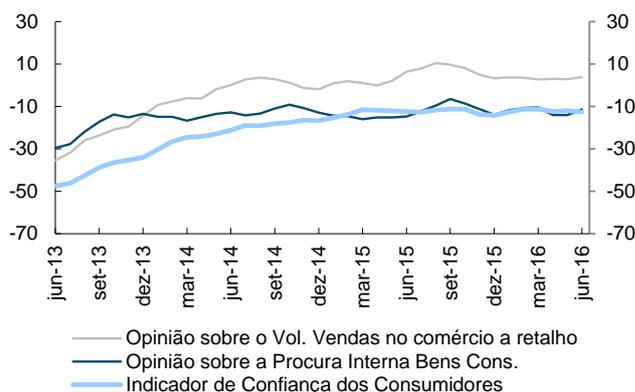
Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3,VH)



Fonte: INE.

No segundo trimestre de 2016, o índice de confiança dos consumidores registou uma deterioração quando comparado com os primeiros três meses do ano, enquanto o indicador qualitativo dos consumidores relativo à aquisição de bens duradouros melhorou em igual período. Já no caso dos indicadores qualitativos de opinião dos empresários, a evolução foi mista, com o indicador de opinião dos empresários relativo ao volume de vendas no comércio a retalho a apresentar melhorias, enquanto o indicador de opinião relativo à procura interna de bens de consumo evoluiu no sentido inverso.

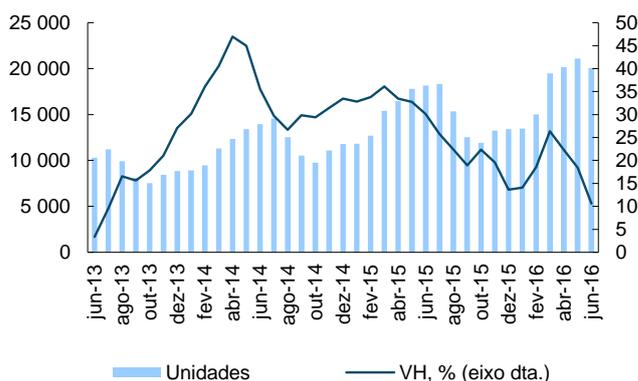
Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

No segundo trimestre de 2016 foram vendidos 60 205 veículos automóveis ligeiros de passageiros. Este valor representa um aumento de 1 779 unidades face ao trimestre precedente e um crescimento de 10,6%, em termos homólogos.

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros (MM3)



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	Fonte	2015	2015			2016		2016				
				2T	3T	4T	1T	2T	fev	mar	abr	mai	jun
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	2,6	3,3	2,3	2,3	2,9	:	-	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SER-VE	"	-12,3	-12,4	-11,2	-14,1	-11,3	-12,6	-13,3	-11,7	-12,1	-11,9	-13,9
Confiança Comércio Retalho: Vendas últimos 3 meses	SER-VE	"	5,1	6,3	9,7	3,3	2,7	3,9	3,9	0,3	5,0	3,6	3,0
Índice de Vol. De Negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	2,2	3,1	1,6	1,4	2,5	:	5,0	2,4	3,0	1,2	:
Bens Alimentares	VH	"	1,0	0,6	1,7	1,2	3,7	:	5,2	3,9	5,0	0,9	:
Bens não alimentares	VH	"	3,1	4,9	1,5	1,6	1,7	:	4,9	1,3	1,5	1,4	:
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	25,0	30,1	18,9	13,6	26,4	10,6	26,0	31,8	6,4	13,7	10,9
Importação de Bens de Consumo***	VH	INE	7,9	13,4	6,7	4,4	3,9	:	8,1	0,5	-2,8	9,8	:

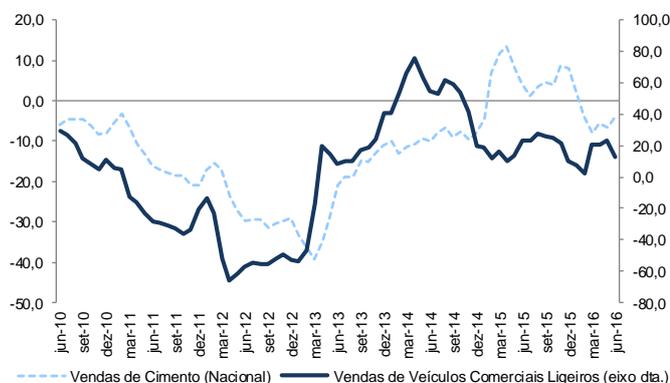
* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300 Kg; *** Exclui material de transporte.

Investimento

Os dados disponíveis para o investimento no 2.º trimestre de 2016, mostram que, em termos médios homólogos:

- as vendas de veículos comerciais ligeiros aumentaram 12,3% (-8,3 p.p. face ao trimestre terminado em março de 2016) acompanhadas pela variação de 23,2% na venda de veículos comerciais pesados, um crescimento inferior em 15,1 p.p. quando comparado com o 1.º trimestre de 2016;
- as opiniões dos empresários sobre o volume de vendas de bens de investimento no comércio por grosso registaram uma melhoria;
- as vendas de cimento registaram uma variação de -4,4% (-7,8% no trimestre anterior);

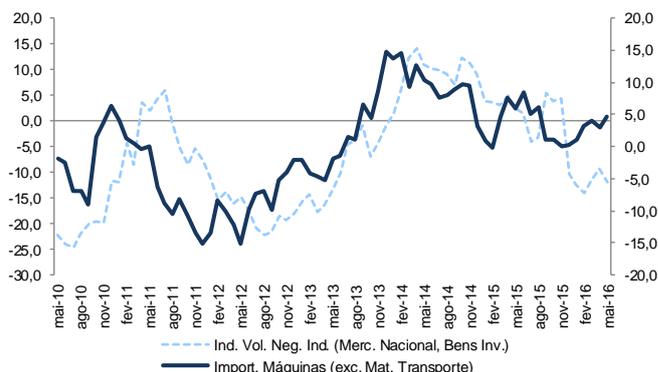
Figura 2.7. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros
(VH, MM3)



Fonte: ACAP, Secil, Cimpor.

- o Indicador de Máquinas e Equipamentos do INE registou um crescimento homólogo de 4,6%, o que representa uma redução de 1,1 p.p. face ao registado no 1.º trimestre de 2016.

Figura 2.8. Bens de Equipamento
(VH, MM3)

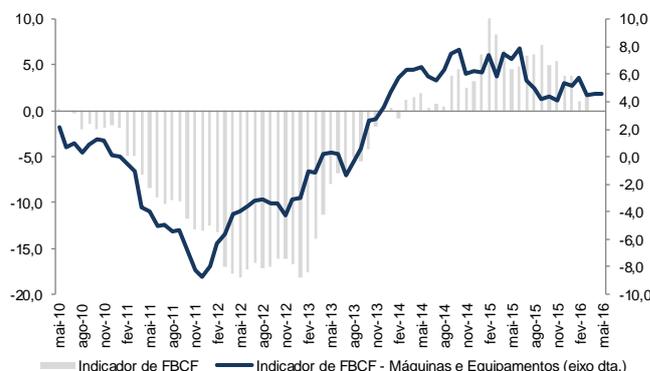


Fonte: INE.

Outros dados quantitativos disponíveis para os meses de abril e maio, mostram que, em termos médios homólogos:

- o Índice de Volume de Negócios da Indústria de Bens de Investimento para o mercado nacional registou uma variação de -11,0% (-11,7% no 1.º trimestre de 2016);
- as importações de máquinas e outros de bens de capital exceto material de transporte, em termos nominais, cresceram 4,6% (+0,6 p.p. face ao trimestre terminado em março de 2016).

Figura 2.9. Indicador de FBCF e Componentes
(VH, MM3)



Fonte: INE.

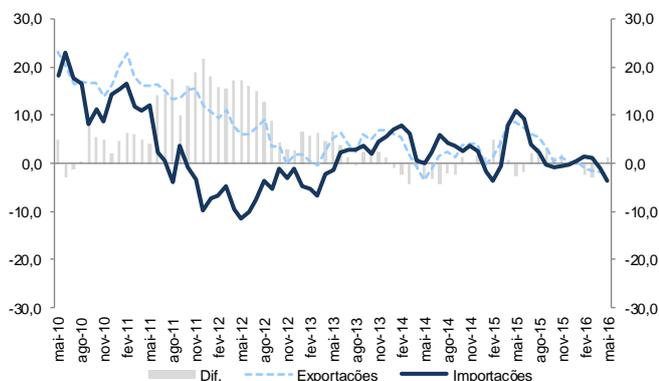
Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

Indicador	Unidade	Fonte	2015	2015			2016		2016				
				2T	3T	4T	1T	2T	fev	mar	abr	mai	jun
FBC – CN Trimestrais	VH Real	INE	4,2	8,7	2,4	4,4	-1,3	:	:	:	:	:	:
da qual, FBCF	VH Real	INE	4,1	5,2	2,0	1,0	-2,0	:	:	:	:	:	:
Indicador de FBCF	VH/mm3	"	6,6	4,6	6,1	5,4	1,1	:	3,8	1,1	1,7	:	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	6,9	4,2	4,4	8,0	-7,8	-4,4	1,7	-8,6	-8,9	-2,0	-2,4
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	17,9	23,6	25,5	10,0	20,6	12,3	3,3	45,9	8,4	12,1	15,9
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	27,6	59,2	35,6	9,8	38,3	23,2	45,8	45,2	23,7	25,3	21,2
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-19	2,1	-7,2	-6,4	-10,3	-10,0	-14,7	-15,0	-20,1	-6,9	-2,9
Licenças de Construção de fogos	VH	"	211	22,9	17,2	24,9	19,9	:	16,3	30,9	34,9	44,8	:
Importações de Bens de Capital**	VH	"	3,5	8,4	1,1	0,3	4,0	:	5,5	4,8	-1,2	10,8	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	-0,5	1,5	5,3	-10,3	-11,7	:	-1,8	-13,8	-11,3	-10,7	:

Contas Externas

Em termos médios homólogos nominais, os dados relativos ao comércio internacional de bens, divulgados pelo INE para abril e maio de 2016, apontam para uma diminuição das exportações de 1,7% e uma redução das importações em 5,3% (-1,6% e 1,2% no 1.º trimestre de 2016).

Figura 2.10. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)



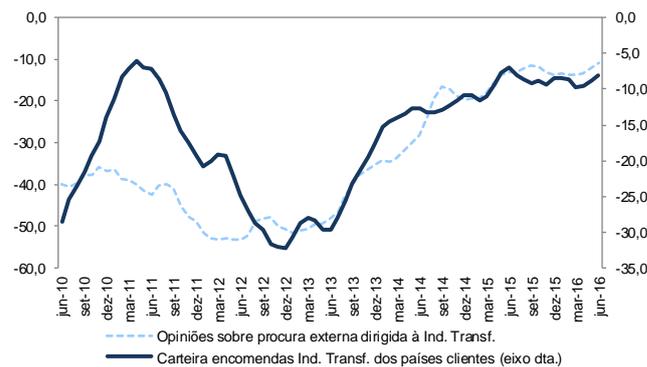
Fonte: INE.

Também nos meses de abril e maio, e em termos médios homólogos nominais:

- a componente extracomunitária das exportações diminuiu 15,3%, face a uma redução de 17,1% no trimestre terminado em março de 2016. Já as exportações para o mercado intracomunitário aumentaram 3,4% (4,0% no 1.º trimestre de 2016);
- nas importações de bens, o mercado intracomunitário aumentou 0,4%, enquanto o mercado extracomunitário registou um decréscimo de 21,6% em termos homólogos (1,6% e -0,4% no 1.º trimestre de 2016, respetivamente). Em termos acumulados, a taxa de cobertura do comércio internacional de bens situa-se atualmente em 83,3% (igual ao verificado no período homólogo).

No 2.º trimestre de 2016, as opiniões sobre a procura externa na indústria foram menos negativas que no trimestre anterior. A evolução da carteira de encomendas da indústria transformadora dos países clientes também registou uma melhoria.

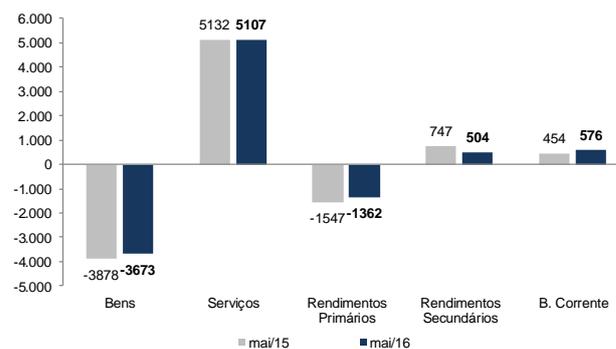
Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

Até maio de 2016, o excedente acumulado da balança corrente foi de 576 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 122 milhões de euros em termos homólogos. Este resultado traduz saldos mais positivos da balança de bens e de rendimentos primários, mais do que compensando uma evolução negativa nas restantes componentes.

Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: BdP. Séries ajustadas de sazonalidade.

No mesmo período, a balança corrente e de capital apresentou uma capacidade de financiamento de 966 milhões de euros (uma diminuição de 290 milhões de euros face ao mesmo período de 2015).

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

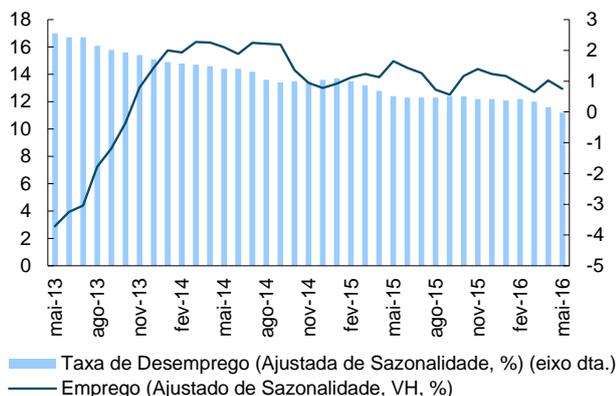
Indicador	Unidade	Fonte	2015	2015				2016	2016				
				1T	2T	3T	4T	1T	jan	fev	mar	abr	mai
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	5,2	7,1	7,1	4,0	2,8	2,4	:	:	:	:	:
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	7,6	7,3	12,5	5,4	5,3	4,4	:	:	:	:	:
Saldo de Bens e Serviços	% PIB	"	-0,8	-0,4	-0,2	3,6	0,0	-0,7	:	:	:	:	:
Capacidade de financiamento da economia	% PIB	"	1,1	-0,3	-1,9	4,4	2,1	-0,5	:	:	:	:	:
Saídas de Bens	VH nom	"	3,8	4,2	7,6	3,2	0,2	-1,6	-2,4	1,3	-3,6	-2,7	-0,7
Entradas de Bens	VH nom	"	2,0	-0,6	9,3	-0,1	-0,3	1,2	-1,3	5,2	-0,2	-7,0	-3,6

Indicador	Unidade	Fonte	2015	2015				2016	2015	2016	Dif.
				1T	2T	3T	4T	1T	jan-mai	jan-mai	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BdP	3 388	146	220	885	118	590	1256	966	-290
Saldo Balança de Bens	"	"	-9 102	-2071	-2684	-2178	-2169	-2364	-3878	-3673	205
Saldo Balança de Serviços	"	"	12 279	3101	3032	3064	3082	2961	5132	5107	-24
Saldo Balança de Rendimentos Primários	"	"	-3 678	-935	-1032	-779	-932	-612	-1547	-1362	185
Saldo Balança de Rendimentos Secundários	"	"	1636	587	287	361	402	326	747	504	-243

Mercado de Trabalho

As estimativas do Instituto Nacional de Estatística apontam para que a taxa de desemprego, no trimestre centrado em maio, se situasse nos 11,2%, 0,4 p.p. abaixo do registado em abril, e uma redução de 1,2 p.p. face ao mês homólogo. Para esta evolução concorreu tanto uma redução da população desempregada em 9,8%, como um aumento de 0,8% no emprego (-10% e 1%, respetivamente, na estimativa para abril).

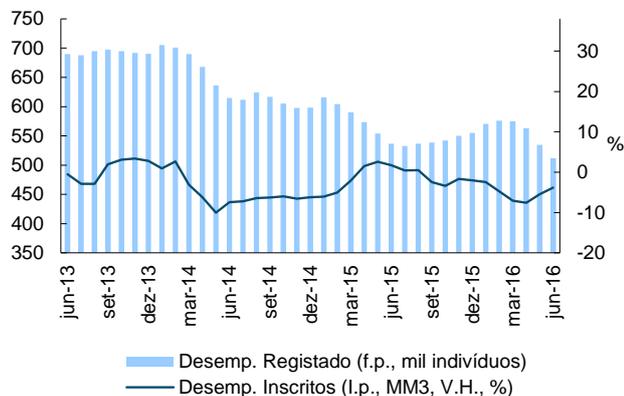
Figura 2.13. Taxa de desemprego e Emprego



Fonte: INE.

No final do segundo trimestre de 2016, encontravam-se registados, nos centros de emprego, cerca de 512 mil desempregados, uma redução de 4,7% face ao valor registado no período homólogo. Já o desemprego inscrito ao longo do mês de junho ascendeu aos cerca de 49 mil pedidos, traduzindo uma descida de 7,7% quando comparado com igual período de 2015.

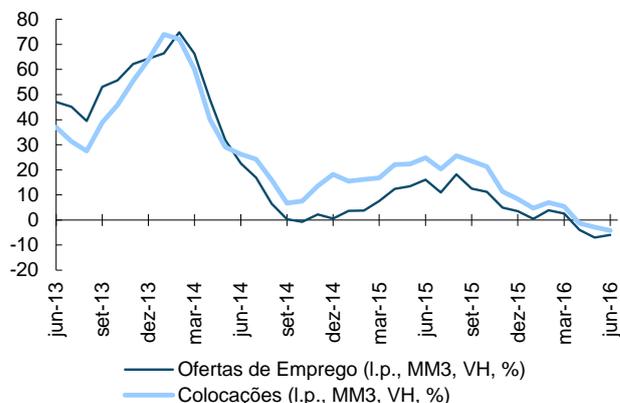
Figura 2.14. Desemprego



Fonte: IEFP.

A esta evolução encontra-se associada um aumento das colocações em 2,2%, para as 11,3 mil, enquanto as ofertas, em igual período, cresceram 0,7% para as 16,3 mil. Assim, o rácio entre ofertas e colocações foi, no mês de junho, de 69,2%, 1,1 p.p. abaixo do valor de maio.

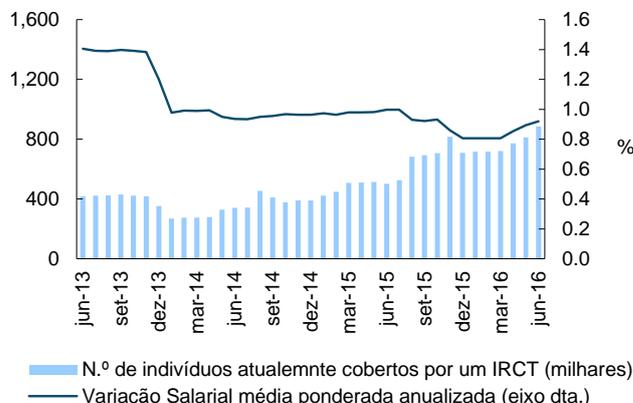
Figura 2.15. Ofertas de Emprego e Colocações
(MM3, VH)



Fonte: IEFP.

No final de junho de 2016, estima-se que cerca de 886 mil trabalhadores se encontrem abrangidos por Instrumentos de Regulação Coletiva de Trabalho, um aumento de aproximadamente 76,6% face a igual período de 2015. Já o aumento das remunerações médias implícitas fixou-se nos 0,9%, valor idêntico ao registado em maio.

Figura 2.16. Contratação Coletiva



Fonte: MSESS, estimativas GPEARI.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

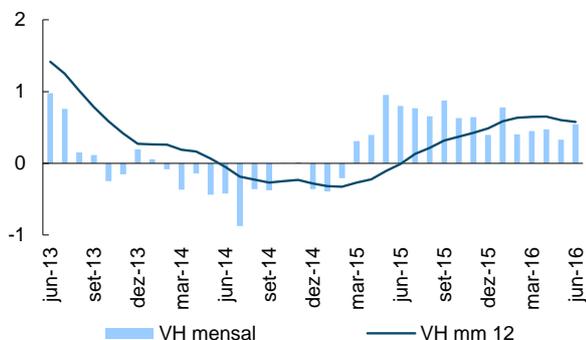
Indicador	Unidade	Fonte	2015	2015			2016		2016				
				2T	3T	4T	1T	2T	fev	mar	abr	mai	jun
Taxa de Desemprego*	%	INE	12,4	11,9	11,9	12,2	12,4	:	12,2	12	11,6	11,2	:
Emprego Total*	VH	"	1,1	1,5	0,2	1,6	0,8	:	0,9	0,6	1,0	0,8	:
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	-7,3	-12,7	-12,6	-7,3	-2,6	-4,7	-4,7	-2,6	-1,8	-3,4	-4,7
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	-1,3	1,8	-2,4	-2,0	-7,1	-3,8	-3,7	-11,8	-6,7	3,9	-7,7
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	10,1	16,1	12,6	3,6	2,6	-6,0	14,3	-2,7	-19,2	1,7	0,7
Contratação Coletiva	VH	MSESS	0,8	1,0	0,9	0,8	0,8	0,9	0,8	0,8	0,9	0,9	0,9
Índice do Custo do Trabalho** - Portugal	VH	INE	1,8	2,0	-1,0	2,2	0,5	:	-	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho** - AE	VH	Eurostat	1,5	1,8	1,3	1,1	1,8	:	-	-	-	-	-

*Valores Trimestrais do Inquérito Trimestral ao Trabalho. Valores mensais das Estimativas Mensais (ajustadas de sazonalidade). **Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividades; f.p. - no fim do período; l.p. ao longo do período.

Preços

Em junho de 2016, o índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma variação homóloga de 0,5%, 0,2 p.p. acima do valor registado em maio. Em termos de médias móveis de 12 meses, a variação foi de 0,6%, valor idêntico ao do mês precedente.

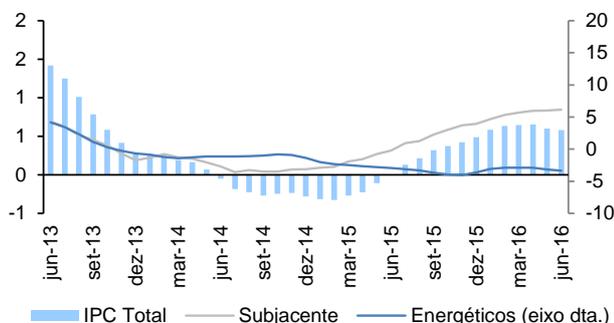
Figura 2.17. Taxa de Variação do IPC
(VH, %)



Fonte: INE.

O IPC subjacente, isto é, o IPC excluindo produtos energéticos e alimentares não processados, cresceu 0,7%, desacelerando 0,1 p.p. face a maio e situando-se 0,2 p.p. acima do registado para o IPC global. A dinâmica do diferencial entre o IPC global e o IPC subjacente reflete uma quebra menos acentuada do preço dos bens energéticos, assim como uma forte aceleração dos bens alimentares não processados.

Figura 2.18. Taxa de Variação do IPC (Subjacente e Energéticos)
(MM12, VH, %)



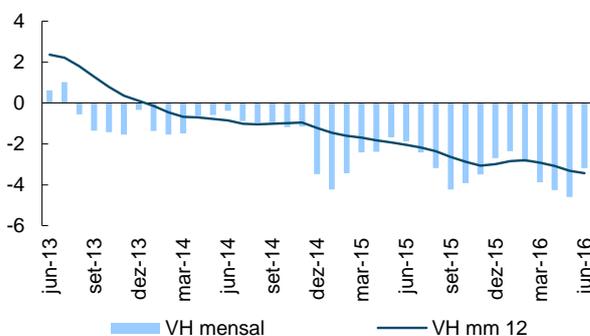
Fonte: INE.

Ao nível das classes do IPC, as que registaram a maior quebra foram os Transportes e a Saúde (-1,5% e -0,9%, respetivamente). Em sentido contrário os Restaurantes e Hotelaria e as Bebidas Alcoólicas e Tabaco foram as que mais aumentaram (2,6% e 1,9%, respetivamente), sendo também de destacar a classe dos Produtos Alimentares que apresentou uma aceleração de 1,1 p.p. entre maio e junho.

A variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) nacional, em junho, foi de 0,7%, 0,2 p.p. acima do IPC nacional e 0,3 p.p. acima do valor de maio. Por seu turno, a variação homóloga do IHPC na área do euro foi de 0,1% (-0,1% em maio), levando a que o diferencial do IHPC de Portugal e do IHPC médio da área do euro aumentasse 0,1 p.p., fixando-se agora nos 0,6 p.p..

Já o Índice de preços na Produção Industrial foi marcado por uma aceleração, tendo contraído 3,2%, em junho, o que compara com uma quebra de 4,6% em maio.

Figura 2.19. Taxa de Variação do IPPI
(VH, %)



Fonte: INE.

Esta evolução foi fortemente influenciada pela componente energética, que caiu 9,2%, tendo sido o agrupamento industrial com a maior quebra (-14,1% em maio). Com efeito, excluindo o agrupamento da Energia, o IPPI diminuiu 1%. Já ao nível das secções, tanto a Indústria Transformadora como a Eletricidade, Gás, Vapor, Água Quente e Fria e Ar Frio registaram quebras (-3,6% e -1,8%, respetivamente).

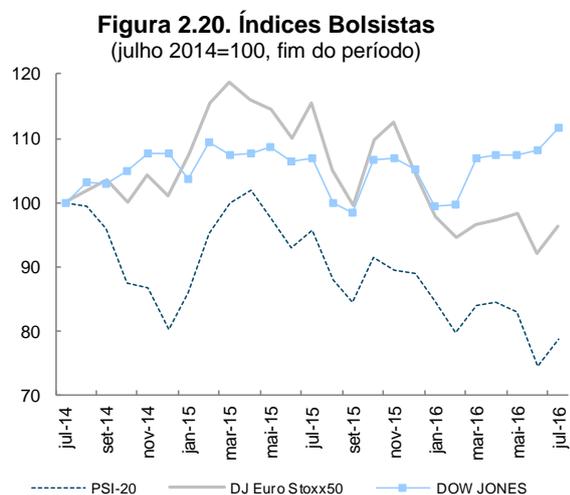
Quadro 2.6. Indicadores de Preços

Indicador	Unidade	Fonte	2015	2015			2016					
				out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	0,1	-0,2	-0,3	-1,0	-0,4	1,9	0,4	0,3	0,1
Índice de Preços no Consumidor	VH	INE	0,5	0,6	0,6	0,4	0,8	0,4	0,4	0,5	0,3	0,5
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	:	0,4	0,4	0,5	0,6	0,6	0,6	0,7	0,6	0,6
IPC - Bens	VH	"	-0,1	0,0	-0,1	-0,1	0,2	-0,5	-0,4	-0,2	-0,6	-0,1
IPC - Serviços	"	"	1,3	1,6	1,8	1,1	1,5	1,6	1,7	1,5	1,8	1,5
IPC Subjacente*	"	"	0,7	0,9	1,0	0,5	1,0	0,9	1,0	0,8	0,8	0,7
Índice de Preços na Produção industrial	VH	"	-3,0	-3,9	-3,5	-2,7	-2,4	-2,9	-3,9	-4,3	-4,6	-3,2
IHPC	"	"	0,5	0,7	0,6	0,3	0,7	0,2	0,5	0,5	0,4	0,7
Diferencial IHPC PT vs. AE	p.p.	Eurostat	0,5	0,6	0,5	0,1	0,4	0,3	0,5	0,8	0,5	0,6

* IPC subjacente e exclui os bens alimentares não transformados e energéticos

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Em julho de 2016, os índices bolsistas internacionais valorizaram-se devido à diminuição dos riscos surgidos, no mês precedente, com a vitória do *Brexit* no referendo britânico. Assim, a 27 de julho de 2016 e, face ao final do mês de junho, os índices *Euro Stoxx50* e *Dow Jones* aumentaram 4,7% e 3%, respetivamente (-6,5% e +1%, respetivamente, no mês anterior).

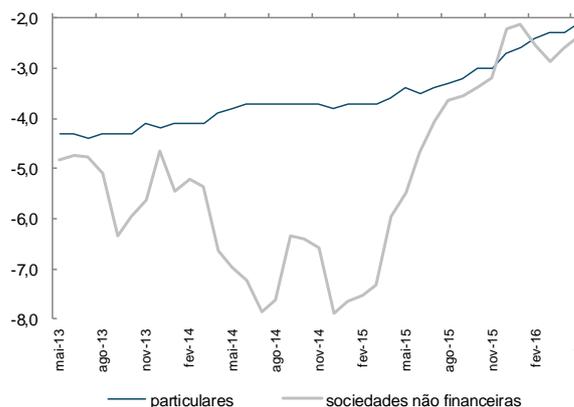


Fontes: CMVM; *Finance Yahoo*. Para julho, o valor é do dia 27.

À semelhança da evolução favorável dos índices bolsistas da área do euro, o índice PSI-20 também subiu, invertendo a quebra registada nos dois meses precedentes. Face ao final do ano de 2015, o mesmo índice depreciou-se 11%.

Em maio de 2016, a variação anual dos empréstimos ao setor privado não financeiro foi de -2,2% em termos anuais (-2,4% no mês anterior). A melhoria estendeu-se, de igual magnitude, tanto às empresas não financeiras como aos particulares.

Figura 2.21. Empréstimos ao Setor Privado
(va, em %)

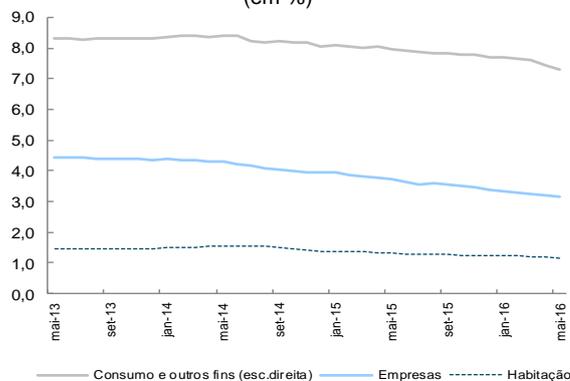


Fonte: Banco de Portugal.

Relativamente ao crédito destinado aos particulares (de -2,3% em abril, para -2,1% em maio de 2016), a melhoria verificada deu-se no crédito ao consumo, o qual reforçou o seu crescimento, e destinado para outros fins; dado que o crédito à habitação estabilizou.

As taxas de juro das operações do crédito diminuíram quer para as empresas, quer para os particulares, embora de forma mais pronunciada para os empréstimos destinados ao consumo e outros fins, os quais desceram para 7,3% em maio de 2016 (7,9%, no mesmo período de 2015).

Figura 2.22. Taxas de Juro de Empréstimos
(em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

Indicador	Unidade	Fonte	2015	2015			2016					
				out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	2,5	2,5	2,3	2,5	2,9	3,0	2,9	3,1	3,1	3,1
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	186	201	184	186	254	287	277	288	289	321
PSI20*	VC	CMVM	10,7	8,3	-2,2	-0,7	-4,7	-5,9	5,3	0,6	-1,9	-10,2
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	-3,3	-3,5	-3,5	-3,3	-3,2	-3,1	-3,1	-3,0	-3,0	:
- para consumo	va**	"	2,8	0,9	1,3	2,8	3,1	4,5	5,0	5,0	6,3	:
Empréstimos a empresas	va**	"	-2,2	-3,4	-3,2	-2,2	-2,1	-2,5	-2,9	-2,6	-2,4	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	"	125	1,26	1,26	1,25	1,24	1,22	1,20	1,18	1,16	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	"	3,37	3,51	3,46	3,37	3,35	3,29	3,24	3,20	3,16	:

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

Finanças Públicas

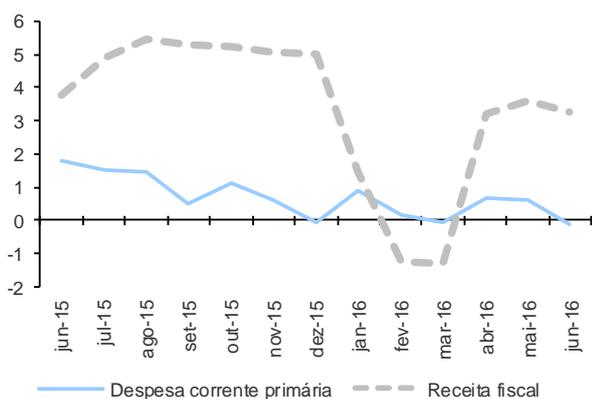
A execução orçamental do sector das Administrações Públicas registou, no final do mês de junho, um saldo global negativo de 2.867 milhões de euros, valor que compara com um saldo global de negativo de 3.838 milhões de euros no período homólogo do ano anterior. Esta melhoria do indicador decorre da conjugação de um aumento homólogo da receita efetiva (2,9%) superior ao aumento concomitante da despesa efetiva (0,2%). No mesmo período, o saldo primário cifrou-se em 2122 milhões de euros, valor que denota uma melhoria de 1.244 milhões de euros. Na evolução da receita destaca-se o aumento de 2,7% da receita fiscal; na evolução da despesa avultam os aumentos das rubricas Despesas com Pessoal (3,0%) e Juros e Outros Encargos (5,8%).

Estado

No primeiro semestre de 2016, a execução orçamental do subsector Estado registou um saldo global negativo de 4.816 milhões de euros, valor que representa uma melhoria de cerca de 350 milhões de euros relativamente ao período homólogo de 2015.

No mesmo período o saldo primário apresenta um valor negativo de 126 milhões de euros, resultado que significa uma melhoria de cerca de 650 milhões face ao valor registado no mês homólogo do ano anterior.

Figura 2.23. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



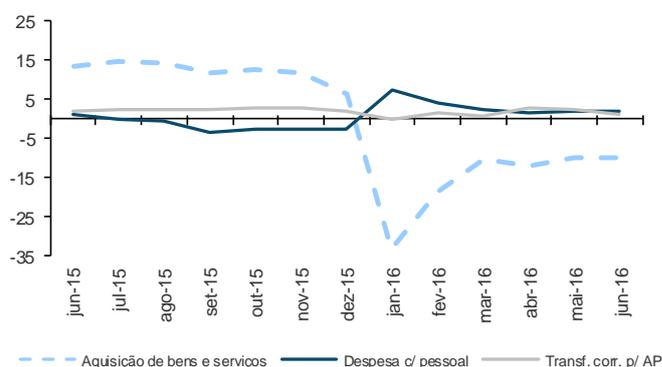
Fonte: DGO.

A referida melhoria do saldo global assenta num crescimento da receita de 2,9%, superior ao crescimento de 0,9% entretanto registado na despesa.

A evolução do total da receita deve-se, basicamente, ao aumento de 3,2% registado na receita fiscal, explicado por um crescimento de 8,7% das receitas com origem nos impostos indiretos, suficientemente ampla para compensar a redução de 3,8% que, entretanto, ocorreu nas receitas provenientes dos impostos diretos.

O crescimento da despesa foi marcado pelo efeito combinado de um aumento de 2% das Despesas com o Pessoal e de um aumento de 6,8% da despesa com Juros e Outros Encargos (cujo valor atingiu os 4.690 milhões de euros). De referir que as despesas com Aquisição de Bens e Serviços apresentam uma diminuição de 10% em relação ao período homólogo do ano anterior.

Figura 2.24. Despesa do Estado – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.8. Execução Orçamental do Estado

	2015		2016		2016			
	jan a jun		jan a jun		mar	abr	mai	jun
	10 ⁶ euros		grau de execução (%)		VHA (%)			
Receita Total	19 897	20 480	46,2	45,3	-0,5	1,7	3,2	2,9
Receita corrente	19 831	20 403	46,4	45,3	-0,5	1,6	3,2	2,9
Impostos diretos	7 798	7 503	42,8	41,9	-0,7	-3,0	-3,0	-3,8
Impostos indiretos	9 998	10 870	47,9	47,2	-1,7	7,8	8,8	8,7
Despesa Total	25 063	25 296	50,9	49,1	3,3	1,8	1,5	0,9
Despesa corrente	24 482	24 756	51,3	49,8	3,4	2,8	2,0	1,1
Despesa com pessoal	4 808	4 903	56,5	53,9	2,6	1,5	2,0	2,0
Aquisição bens e serviços	669	602	41,0	34,9	-10,3	-11,8	-10,0	-10,0
Subsídios	54	35	35,3	25,3	-28,3	-39,3	-24,4	-35,5
Juros	4 392	4 690	58,8	62,2	27,8	15,2	10,3	6,8
Transferências corr. p/ AP	12 930	13 073	49,0	47,8	0,7	2,8	2,6	1,1
Saldo Global	-5 166	-4 816	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	-775	-126	-	-	-	-	-	-

Fonte: DGO.

Serviços e Fundos Autónomos, (SFA) incluindo as Empresas Públicas Reclassificadas (EPR)

A execução orçamental dos SFA (incluindo o SNS e as EPR) registou um saldo global de 287 milhões de euros, o que se traduz uma melhoria de 110 milhões de euros relativamente ao mês homólogo do ano anterior.

A receita efetiva do subsector atingiu os 13.591 milhões de euros, o que denota um aumento de 45 milhões de euros em relação ao mês homólogo do ano anterior. A despesa efetiva cifrou-se em 13.304 milhões de euros, valor que representa uma redução homóloga de 66 milhões de euros.

Do lado da receita destaca-se a diminuição de 0,5% da receita corrente, ligada à redução de 15,7% da receita fiscal, esta última influenciada pela alteração contabilística da contribuição do setor rodoviário. As receitas de capital cresceram 15%, devido, sobretudo, ao aumento de 23% das transferências com origem na Administração Central.

Do lado da despesa assinalam-se o aumento de 5,2% das Despesas com o Pessoal e a redução de 1,2% das despesas com a Aquisição de Bens e Serviços. As Despesas de Capital reduziram-se, por sua vez, em 11,6% devido à diminuição de 22% nas despesas de Investimento.

No mesmo período, as EPR incluídas neste subsector, apresentaram um saldo global negativo da ordem dos 481 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 164 milhões de euros face ao período homólogo anterior. Para este resultado concorreram o aumento da receita efetiva (2,7%) e uma redução da despesa efetiva (1,2%). Na despesa cabe destacar, a par do aumento de 7,2% das Despesas com o Pessoal, as reduções de 4,6% na Aquisição de Bens e Serviços e de 19,9% no Investimento.

Serviço Nacional de Saúde (SNS)

No primeiro semestre do ano em curso, a execução orçamental do SNS traduziu-se num saldo global negativo de 5 milhões de euros (ótica de compromissos) – o que representa uma melhoria de cerca de 23 milhões de euros relativamente ao défice verificado no período homólogo do ano anterior.

Este desempenho do SNS resultou de um aumento da receita efetiva (3,0%) superior ao da despesa efetiva (2,4%). De realçar, nesta última, os aumentos de 4,3% na rubrica Despesas com o Pessoal e o de 1,2% registado na Aquisição de Bens e Serviços.

Caixa Geral de Aposentações (CGA)

A execução orçamental da CGA apresentou, no final do primeiro semestre, um saldo global com um excedente de 115 milhões de euros que compara com o excedente de 240 milhões de euros registado no período homólogo do ano anterior.

Esta execução reflete uma redução de 2,3% da receita efetiva e um aumento da despesa efetiva de 0,3%. Para aquela redução da receita contribuiu a diminuição de 3,3% ocorrida na rubrica Comparticipação do Orçamento do Estado. A rubrica dominante do lado da despesa, Pensões e Abonos da Responsabilidade da CGA, registou um aumento de 0,2% em relação ao período homólogo do ano anterior.

Quadro 2.9. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos			dos quais: Empresas Públicas Reclassificadas		
	2015		2016	2015		2016
	jan a jun			jan a jun		
	10 ^º euros	10 ^º euros	Grau de execução (%)*	10 ^º euros	10 ^º euros	Grau de execução (%)*
Receita Total	13 546	13 591	46,5	4 010	4 118	44,1
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	1 923	1 944	48,9	-	-	-
Transferências correntes das Adm. Públicas	7 850	7 925	1,0	215	264	35,6
Despesa Total	13 370	13 304	43,9	4 656	4 599	44,9
Despesa com pessoal	3 081	3 241	50,1	1 716	1 839	49,4
Aquisição de bens e serviços	3 056	3 020	43,8	1 413	1 348	43,1
Transferências correntes	5 145	5 200	45,9	30	59	45,4
Saldo Global	176	287	-	- 646	- 481	-

Fonte: DGO.

Quadro 2.10. Execução Financeira do SNS e Orçamental da CGA

	Serviço Nacional de Saúde					Caixa Geral de Aposentações			
	2015		2016			2015		2016	
	jan a jun					jan a jun			
	10 ^º euros	VHA (%)	Execução face ao OE (%)	Execução face ao OE (%)		10 ^º euros	VHA (%)	Execução face ao OE (%)	Execução face ao OE (%)
Receita Total	4 177	4 303	3,0	49,2	Receita Total	4 755	4 644	-2,3	47,6
Receita fiscal	48	59	-	56,3	Contribuições p/ a CGA	1 922	1 942	1,0	48,9
Outra receita corrente	4 087	4 230	3,5	49,3	Quotas e contribuições	1 874	1 893	1,0	48,9
Receita de capital	42	15	-	23,5	Transferências correntes do OE	2 364	2 286	-3,3	46,3
Despesa Total	4 205	4 308	2,4	48,2	Comparticipação do OE	2 244	2 169	-3,3	46,5
Despesa com pessoal	1 641	1 710	4,3	47,6	Compensação por pagamento de pensões	120	117	-2,1	48,9
Aquisição de bens e serviços	2 467	2 497	1,2	48,5	Despesa Total	4 514	4 528	0,3	46,4
Despesa de capital	51	39	-22,8	35,8	Pensões	4 432	4 442	0,2	46,4
Saldo Global	- 28	- 5	-	-	Saldo Global	240	115	-	-

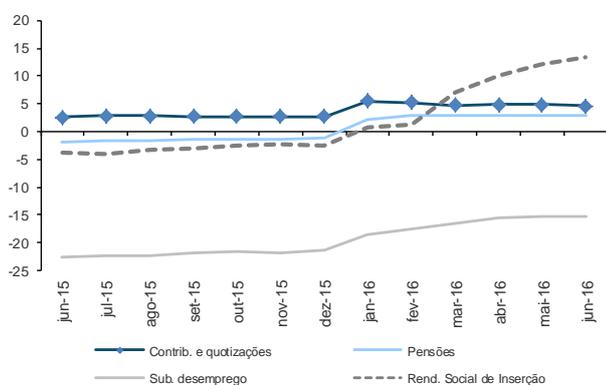
Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

Segurança Social

A execução do orçamento da Segurança Social apresentou, no final do primeiro semestre, um saldo global de 1.229 milhões de euros, valor que representa uma melhoria de 314 milhões de euros relativamente ao registado no período homólogo do ano anterior.

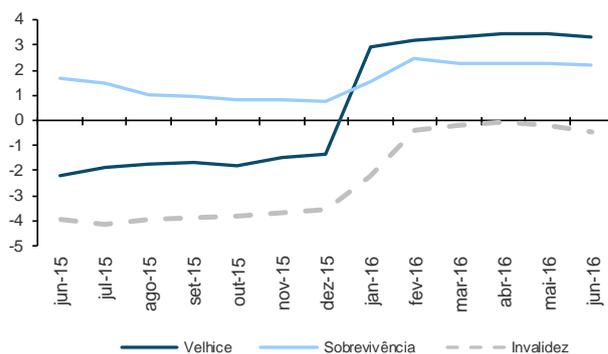
Neste período a receita efetiva apresenta um crescimento homólogo de 4,3%, enquanto a despesa efetiva cresceu 1,8%. O crescimento da receita assenta no aumento de 4,7% das receitas de Contribuições e Quotizações, enquanto a evolução da despesa está marcada pelo aumento de 2,8% da despesa com Pensões; cumpre destacar a dinâmica das Prestações de Desemprego, onde se regista uma redução de 15,3% relativamente ao período homólogo anterior.

Figura 2.25. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



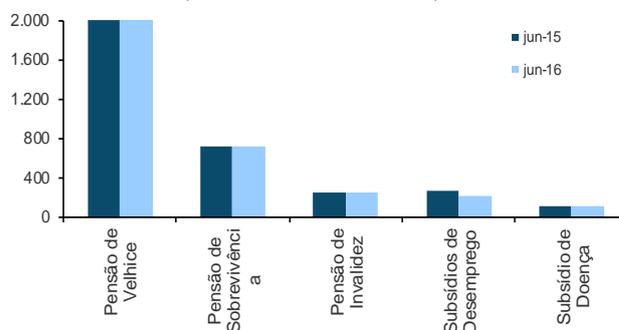
Fonte: DGO.

Figura 2.26. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Figura 2.27. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos
(milhares, em final do mês)



Fonte: MTSSS.

Quadro 2.11. Execução Orçamental da Segurança Social

	Segurança Social					
	2015		2016		2016	
	jan a jun		jan a jun		jan a jun	
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)	Execução face ao OE (%)	Execução face ao OE (%)
Receita Total	11 999	12 510	4,3	47,5	47,7	
Contribuições e quotizações	6 712	7 025	4,7	46,8	47,3	
Transferências correntes da Adm. Central *	4 023	4 116	2,3	49,4	50,3	
Despesa Total	11 085	11 281	1,8	45,4	44,9	
Pensões	7 019	7 218	2,8	45,5	45,8	
Pensões de velhice do reg. subst. bancário	245	241	-1,8	49,2	49,9	
Subsídio de desemp. e apoio ao emprego	939	795	-15,3	45,5	48,5	
Prestações e ação social	721	807	11,9	49,9	47,6	
Saldo Global	915	1 229	-	-	-	

* Não inclui IVA social e transferências no âmbito do Plano de Emergência Social.

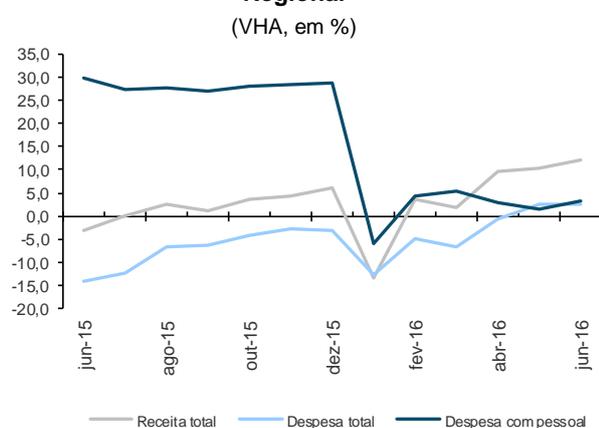
Fontes: DGO.

Administração Regional

A execução orçamental da Administração Regional registou no final do primeiro semestre um saldo global negativo de 39 milhões de euros (-16 milhões de euros na Região Autónoma dos Açores e -22 milhões de euros na Região Autónoma da Madeira), valor que traduz uma melhoria de cerca de 93 milhões de euros relativamente ao período homólogo de 2015.

Na base desta evolução está o crescimento de 12,1% da receita efetiva, superior ao aumento de 2,7% entretanto registado na despesa efetiva. O referido aumento da receita fica a dever-se, essencialmente, ao aumento de 2,4% das receitas de impostos. Na evolução da despesa destacam-se os aumentos de 3,4% nas Despesas com o Pessoal e de 19,5% nos Juros e Outros Encargos, bem como a redução de 32,1% na Aquisição de Bens de Capital.

Figura 2.28. Execução Orçamental da Administração Regional



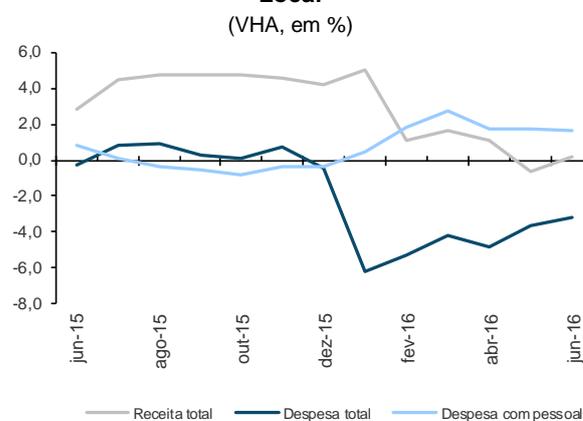
Fonte: DGO.

Administração Local

O saldo de execução orçamental da Administração Local atingiu em junho um valor excedentário de cerca de 472 milhões de euros. Este resultado representa uma melhoria de 103 milhões de euros em relação ao mês homólogo do ano anterior.

O referido excedente está associado a um ligeiro aumento da receita efetiva (0,1%) e a uma redução da despesa efetiva de 3,2%. A evolução da receita decorre dos aumentos de 2% na receita fiscal e de 0,8% nas transferências correntes recebidas. Quanto à despesa, destacam-se os aumentos de 1,6% das Despesas com o Pessoal e de 1,4% da Aquisição de Bens e Serviços, bem como a redução de 30,7% nas despesas com Aquisição de Bens de Capital.

Figura 2.29. Execução Orçamental da Administração Local



Fonte: DGO.

Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Regional		Administração Local			
	2015	2016	2015	2016		
	jan a jun		jan a jun			
	10 ⁶ euros		10 ⁶ euros		Grau de execução (%) [*]	VHA (%)
Receita total	1 025	1 150	3 446	3 451	:	0,1
Impostos	647	663	1 235	1 260	:	2,0
Transferências correntes	39	227	1 269	1 278	:	0,8
Despesa total	1 157	1 188	3 077	2 979	:	-3,2
Pessoal	504	521	1 146	1 165	:	1,6
Aquisição de bens e serviços	277	288	938	951	:	1,4
Transferências correntes	97	104	262	287	:	9,5
Investimento	82	55	510	354	:	-30,7
Saldo global	- 132	- 39	369	472	-	-

Fonte: DGO.

Dívida Pública

Dívida Pública das Administrações Públicas (ótica de Maastricht)

A dívida consolidada do sector das Administrações Públicas (critério de Maastricht) atingiu no final do mês de maio o montante de 237.617 milhões de euros. Este valor representa um aumento de 1.622 milhões de euros relativamente ao mês anterior (0,7%) e um aumento de 6.272 milhões de euros relativamente ao final de 2015 (2,7%).

A Administração Central continua a manter o maior peso na dívida total, sendo a principal responsável pelo aumento que se verificou relativamente ao mês anterior.

No mesmo período a Administração Central detinha depósitos no montante de 18.371 milhões de euros, o que representa aumentos de 12,9% e de 38,6%, respetivamente, em relação ao mês anterior e a dezembro de 2015.

Quadro 2.13. Dívida das Administrações Públicas (milhões de euros)

	2015 dez	2016 abr	2016 mai
Administrações Públicas	231 345	235 995	237 617
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	233 139	238 505	240 247
Administração Regional e Local	10 646	10 882	10 839
Segurança Social	2	2	2
Consolidação entre subsectores	12 442	13 394	13 471
<i>por memória:</i>			
Depósitos da Administração Central	13 252	16 271	18 371

Fonte: Banco de Portugal.

Dívida não Financeira das Administrações Públicas

Quadro 2.14. Dívida não Financeira das AP (milhões de euros)

	2015 dez	2016 mai	2016 jun
Administrações Públicas	2 193	2 535	2 541
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	290	467	484
Administração Regional	638	622	622
Administração Local	1 264	1 447	1 436
Segurança Social	0	0	0

Fonte: DGO.

A dívida não financeira do sector das AP ascendia, no final de junho, a 2.541 milhões de euros, valor que representava aumentos de 6 milhões de euros relativamente ao mês anterior (o equivalente a 0,2%) e de 348 milhões de euros face ao final do ano anterior (*idem*, 15,9%).

A estrutura da dívida não financeira das Administrações Públicas tem-se mantido praticamente inalterada, destacando-se o subsector da Administração Local com um peso relativo de 57%, seguindo-se a Administração Regional (24%) e a Administração Central (19%).

No mesmo período, os pagamentos em atraso no sector das Administrações Públicas atingiam o montante de 1.142 milhões de euros. Este valor representa aumentos de 6,2% e de 24,2%, respetivamente em relação ao mês anterior e ao final do ano de 2015. Também neste caso, a estrutura dos pagamentos em atraso tem-se mantido praticamente inalterada: os Hospitais E.P.E. são responsáveis por cerca de 60% do total dos pagamentos em atraso, seguindo-se a Administração Local com cerca de 21% e a Administração Regional com cerca de 16% daquele total.

Quadro 2.15. Pagamentos em Atraso (milhões de euros)

	2015 dez	2016 mai	2016 jun
Administrações Públicas	920	1 076	1 142
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central (excl. saúde)	13	18	22
SNS	4	11	8
Hospitais EPE	451	605	681
Empresas Públicas Recllassificadas	15	13	13
Administração Regional	194	184	184
Administração Local	242	245	234
Outras Entidades	1	3	3
Empresas públicas não recllassificadas	1	3	3
Adm. Públicas e outras entidades	921	1 079	1 145

Fonte: DGO.

Dívida Direta do Estado

No final do mês de junho a dívida direta do Estado atingiu o montante de 234.746 milhões de euros, valor que representa um aumento de 1.954 milhões de euros em relação ao mês anterior (0,8%). No final do período mantinha-se praticamente inalterada a estrutura da dívida: a dívida transacionável representava 57% da dívida total, a dívida não transacionável 13% e a dívida correspondente ao Programa de Assistência Económica e Financeira cerca de 30%.

Quadro 2.16. Movimento da Dívida Direta do Estado (milhões de euros)

	31-mai-16		jun-16			30-jun-16
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo	
Transacionável	131 248		1 748	140	133 193	
<i>da qual:</i> Bilhetes do Tesouro	14 165	1 647	1 539	0	15 054	
<i>da qual:</i> Obrigações Tesouro	109 555	1 230	80	-44	110 593	
Não Transacionável	31 327	999	1 205	-	31 302	
<i>da qual:</i> Cert. Aforro e do Tesouro	22 324	220	60	0	22 578	
<i>da qual:</i> CEDIC e CEDIM	6 100	769	1 135	0	5 716	
Prog. de Ajustamento Económico	70 217	0	0	477	70 251	
Total	232 792	3 876	2 952	617	234 746	

Fonte: IGCP.

Emissões e Amortizações de Dívida

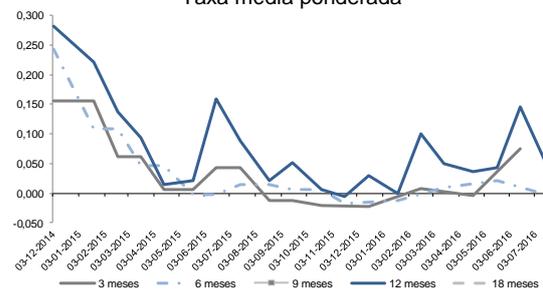
Durante o mês de julho, o IGCP, E.P.E., colocou no mercado 1.904M€ em Bilhetes do Tesouro, através de dois leilões com as seguintes características (ambos na fase competitiva do leilão):

- em 20 de julho, um montante de 544M€ (48M€ na fase não competitiva), com maturidade em janeiro de 2017 e uma taxa média ponderada de -0,003%;
- na mesma data, um montante de 1.360 M€ (266M€ na fase não competitiva), com maturidade em julho de 2017, e uma taxa média ponderada de 0,038%.

No mesmo mês foram realizadas duas operações de colocação de Obrigações do Tesouro, num montante total de 1155M€ (fase competitiva do leilão), com as seguintes características:

- em 13 de julho, um montante de 571M€ (9,5M€ na fase não competitiva), com maturidade em outubro de 2022 e uma taxa de colocação de 2,355%;
- na mesma data, um montante de 584M€ (109M€ na fase não competitiva), com maturidade em julho de 2026 e uma taxa de colocação de 3.093%

Figura 2.30. Emissões de BT
Taxa média ponderada



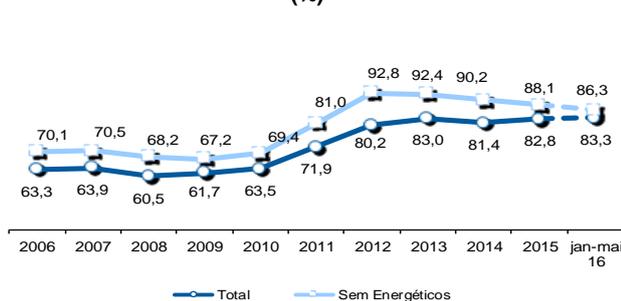
Fonte: IGCP.

3. Comércio Internacional ^[1]

Evolução global ^[2]

De acordo com os resultados preliminares recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, nos primeiros cinco meses de 2016, as exportações de mercadorias diminuíram, em termos homólogos, 1,7% enquanto as importações diminuíram 1,6% [3]. Nesse período, o défice da balança comercial de mercadorias (fob/cif) recuperou 1,2%. Excluindo os produtos energéticos, as exportações cresceram 1% e as importações registaram uma variação homóloga positiva de 4,6% (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)

Intra + Extra-EU (milhões de Euros)	janeiro a maio			VH	
	2015	2016	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	20.677	20.334	-1,7	-2,3	0,9
Importações (cif)	24.811	24.417	-1,6	-3,6	-0,2
Saldo (fob-cif)	-4.134	-4.082	-1,2	-9,0	-5,0
Cobertura (fob/cif)	83,3	83,3	-	-	-
Sem energéticos:					
Exportações (fob)	19.065	19.264	1,0	0,8	3,4
Importações (cif)	21.353	22.334	4,6	3,5	5,8
Saldo (fob-cif)	-2.289	-3.070	34,1	22,7	25,0
Cobertura (fob/cif)	89,3	86,3	-	-	-
Extra-EU (milhões de Euros)	janeiro a maio			VH	
	2015	2016	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	5.543	4.638	-16,3	-15,3	-10,1
Importações (cif)	5.884	5.282	-10,2	-14,7	-9,2
Saldo (fob-cif)	-340	-645	89,4	-9,7	4,5
Cobertura (fob/cif)	94,2	87,8	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.min-economia.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, nº7/2015").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de maio de 2016 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 250 mil euros para as importações da UE e 250 mil para as exportações para a UE, em 2013). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros cinco meses de 2016, as exportações representaram 83,3% das importações, o que se traduziu na manutenção da taxa de cobertura das importações pelas exportações, face ao período homólogo. Excluindo os produtos energéticos, as exportações passaram a representar 86,3% das importações (+3 p.p. que em igual período do ano transato).

Quadro 3.2. Balança Comercial: mês de maio

	Valores em milhões de Euros		
	2015	2016	TVH
Intra+Extra UE			
Exportações (fob)	20 677	20 334	-1,7
Importações (cif)	24 811	24 417	-1,6
Saldo (fob-cif)	- 4 134	- 4 082	-1,2
Cobertura (fob/cif)	83,3	83,3	-
Intra UE			
Exportações (fob)	15 134	15 697	3,7
Importações (cif)	18 927	19 134	1,1
Saldo (fob-cif)	- 3 793	- 3 438	-9,4
Cobertura (fob/cif)	80,0	82,0	-
Extra UE			
Exportações (fob)	5 543	4 638	-16,3
Importações (cif)	5 884	5 282	-10,2
Saldo (fob-cif)	- 340	- 645	89,4
Cobertura (fob/cif)	94,2	87,8	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros cinco meses de 2016, o défice da balança comercial de mercadorias Intra UE recuperou 9,4% em termos homólogos, com as exportações de mercadorias a crescerem 3,7% e as importações a aumentarem 1,1%. O défice da balança comercial de mercadorias Extra UE agravou-se 89,4% (Quadro 3.2).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	IMPORTAÇÕES (Cif)			EXPORTAÇÕES (Fob)		
	2015	2016	TVH	2015	2016	TVH
jan	4 421	4 365	-1,3	3 788	3 695	-2,4
fev	4 480	4 714	5,2	3 973	4 026	1,3
mar	5 315	5 304	-0,2	4 408	4 248	-3,6
abr	5 243	4 876	-7,0	4 258	4 145	-2,7
mai	5 352	5 158	-3,6	4 251	4 221	-0,7
jun	5 411			4 555		
jul	5 410			4 696		
ago	4 213			3 319		
set	5 216			4 140		
out	5 336			4 524		
nov	5 027			4 330		
dez	4 818			3 629		
1º Trim	14 216	14 383	1,2	12 168	11 968	-1,6
2º Trim	16 006			13 064		
3º Trim	14 839			12 155		
4º Trim	15 181			12 483		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Exportações de Mercadorias

Nos primeiros cinco meses de 2016, as exportações de mercadorias diminuíram, em termos homólogos, 1,7%. Excluindo os produtos energéticos, registou-se um crescimento de 1%.

Entre janeiro e maio de 2016, destaca-se o contributo positivo dos produtos “Produtos acabados diversos”, dos “Têxteis, vestuário e seus acessórios” (ambos com +0,6 p.p.) e dos “Químicos” (+0,5 p.p.). As “Máquinas e aparelhos e suas partes” são o grupo de produtos que maior peso tem nas exportações de mercadorias (15,3%). Seguem-se os “Químicos” (13,1%).

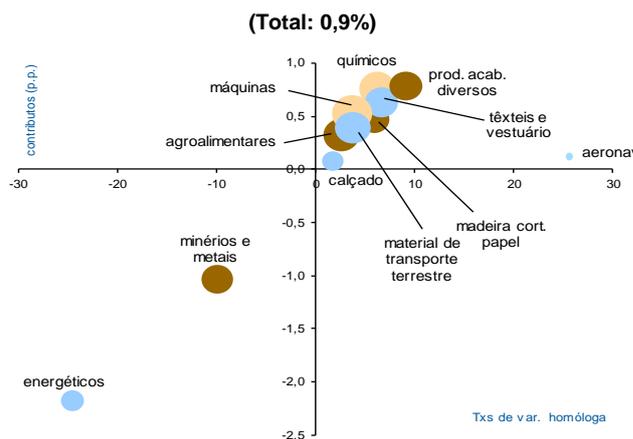
A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações no último ano a terminar em maio de 2016.

Nesse período, a maioria dos grupos de produtos contribuiu positivamente para o crescimento das exportações de mercadorias (+0,9%). Mais uma vez, os produtos relativos aos “Produtos acabados diversos” foram os que mais contribuíram para este comportamento (+0,8 p.p.). De destacar ainda o contributo positivo dos “Químicos” e dos “Têxteis, vestuário e seus acessórios” (+0,8 p.p. e +0,6 p.p. respetivamente).

De referir, ainda, os contributos das “Máquinas e aparelhos e suas partes”, “Madeira, cortiça e papel” (ambos com contributos de +0,5 p.p.) e do “Material de transporte terrestre e suas partes”, para o crescimento das exportações de mercadorias (+0,4 p.p.).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)

Últimos 12 meses a terminar em maio de 2016



Fonte: Quadro 3.4. Exportações de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:

A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das exportações no período em análise.

Quadro 3.4. Exportações * de Mercadorias por Grupos de Produtos

(Fob)

Intra + Extra UE

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
	jan-mai		Anual		jan-mai		últimos 12 meses ^[1]		jan-mai	
	2015	2016	2010	2015	2015	2016	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
Total das Exportações	20 677	20 334	100,0	100,0	100,0	100,0	0,9	0,9	-1,7	-1,7
Agro-alimentares	2 455	2 437	11,7	12,7	11,9	12,0	2,6	0,3	-0,7	-0,1
Energéticos	1612	1070	6,4	7,6	7,8	5,3	-24,6	-2,2	-33,7	-2,6
Químicos	2 572	2 672	11,9	12,6	12,4	13,1	6,2	0,8	3,9	0,5
Madeira, cortiça e papel	1647	1706	9,0	8,1	8,0	8,4	5,9	0,5	3,5	0,3
Têxteis, vestuário e seus acessórios	2 024	2 144	10,4	9,8	9,8	10,5	6,6	0,6	5,9	0,6
Calçado, peles e couros	839	864	4,1	4,3	4,1	4,3	1,7	0,1	3,0	0,1
Minérios e metais	2 174	1911	10,7	9,7	10,5	9,4	-10,0	-1,0	-12,1	-1,3
Máquinas e aparelhos e suas partes	3 026	3 114	15,1	14,6	14,6	15,3	3,7	0,5	2,9	0,4
Material de transp. terrestre e suas partes	2 391	2 333	11,6	10,9	11,6	11,5	3,7	0,4	-2,4	-0,3
Aeronaves, embarcações e suas partes	108	125	0,6	0,6	0,5	0,6	25,6	0,1	15,5	0,1
Produtos acabados diversos	1828	1959	8,6	9,0	8,8	9,6	9,1	0,8	7,2	0,6

Por memória:

Total sem energéticos	19 065	19 264	93,6	92,4	92,2	94,7	3,4	3,1	1,0	1,0
-----------------------	--------	--------	------	------	------	------	-----	-----	-----	-----

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] Últimos 12 meses a terminar em maio de 2016.

[2] ((jun 15-mai 16)/(jun 14-mai 15) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share : (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

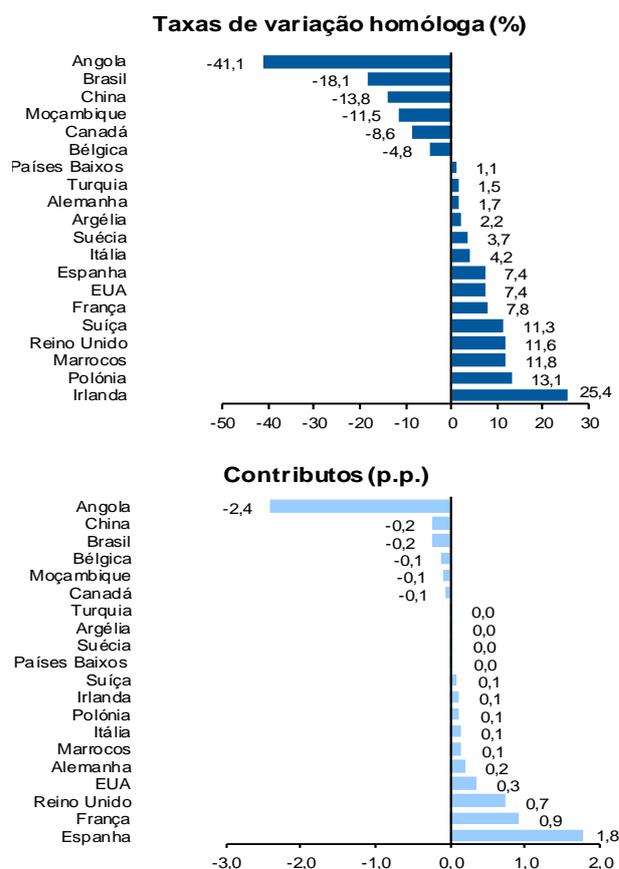
Nos primeiros cinco meses de 2016, as exportações para a UE cresceram, em termos homólogos, 3,7%. As exportações com destino aos países da UE-15 registaram uma taxa de variação homóloga positiva de 3,5% enquanto as exportações com destino aos Países do Alargamento cresceram 7,9%. As exportações para países terceiros registaram uma taxa de variação homóloga negativa (-16,3%) (Quadro 3.5).

As exportações de mercadorias para Espanha registaram o maior contributo positivo Intra UE-15 (+1,1 p.p.), contrariando a tendência negativa das exportações. Seguem-se os contributos positivos das exportações para a França e para o Reino Unido (+0,8 p.p. e +0,6 p.p., respetivamente).

No último ano a terminar em maio de 2016, as exportações para os países Intra UE cresceram, em termos homólogos, 5,3%. As exportações para os países da UE-15 registaram uma taxa de variação homóloga positiva de 3,5%. As exportações para Espanha (+1,8 p.p.) e a França (+0,9 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações. Entre os países terceiros, destaca-se a variação homóloga positiva das exportações para o Marrocos (+11,8%), a Suíça (+11,3%) e EUA (+7,4%). No mesmo período, destaca-se o decréscimo das exportações com destino a Angola (-41,1%, -2,4 p.p.) e do Brasil (-18,1%, -0,2 p.p.) (Figura 3.3).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos

Últimos 12 meses a terminar em maio de 2016



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercados.

Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Destino	Intra + Extra-UE (Fob)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	jan-mai		anual		jan-mai		12 meses ^[1]		jan-mai	
	2015	2016	2010	2015	2015	2016	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL	20 677	20 334	100,0	100,0	100,0	100,0	0,9	0,9	-1,7	-1,7
Intra UE	15 134	15 697	75,4	72,8	73,2	77,2	5,3	3,8	3,7	2,7
dos quais:										
UE-15	14 407	14 912	72,3	69,2	69,7	73,3	5,1	3,5	3,5	2,4
Espanha	5 209	5 431	27,0	25,0	25,2	26,7	7,4	1,8	4,3	1,1
França	2 519	2 678	12,0	12,1	12,2	13,2	7,8	0,9	6,3	0,8
Alemanha	2 537	2 467	13,0	11,8	12,3	12,1	1,7	0,2	-2,8	-0,3
Reino Unido	1 361	1 475	5,5	6,7	6,6	7,3	11,6	0,7	8,4	0,6
Países Baixos	809	770	3,9	4,0	3,9	3,8	1,1	0,0	-4,8	-0,2
Itália	661	707	3,7	3,2	3,2	3,5	4,2	0,1	7,0	0,2
Bélgica	470	525	2,6	2,3	2,3	2,6	-4,8	-0,1	11,6	0,3
Suécia	169	209	1,0	0,8	0,8	1,0	3,7	0,0	23,9	0,2
Irlanda	104	141	0,3	0,5	0,5	0,7	25,4	0,1	35,0	0,2
Alargamento	727	784	3,2	3,6	3,5	3,9	8,6	0,3	7,9	0,3
Polónia	224	235	0,9	1,1	1,1	1,2	13,1	0,1	5,1	0,1
Extra UE	5 543	4 638	24,6	27,2	26,8	22,8	-10,1	-2,9	-16,3	-4,4
dos quais:										
EUA	1 015	916	3,5	5,1	4,9	4,5	7,4	0,3	-9,8	-0,5
Angola	899	495	5,1	4,2	4,3	2,4	-41,1	-2,4	-44,9	-2,0
China	333	215	0,6	1,7	1,6	1,1	-13,8	-0,2	-35,2	-0,6
Marrocos	253	265	0,8	1,4	1,2	1,3	11,8	0,1	4,8	0,1
Brasil	236	186	1,2	1,1	1,1	0,9	-18,1	-0,2	-21,3	-0,2
Argélia	242	224	0,6	1,1	1,2	1,1	2,2	0,0	-7,6	-0,1
Suíça	190	221	0,9	0,9	0,9	1,1	11,3	0,1	16,5	0,2
Turquia	134	158	0,7	0,7	0,6	0,8	1,5	0,0	18,5	0,1
Canadá	176	127	0,5	0,7	0,9	0,6	-8,6	-0,1	-27,6	-0,2
Moçambique	147	97	0,4	0,7	0,7	0,5	-11,5	-0,1	-34,2	-0,2
Por memória:										
OPEP ^[4]	1 378	905	7,0	6,6	6,7	4,5	-30,5	-2,5	-34,3	-2,3
PALOP	1 185	748	6,5	5,6	5,7	3,7	-33,6	-2,4	-36,9	-2,1
EFTA	270	294	1,1	1,4	1,3	1,4	12,8	0,2	8,8	0,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respondidas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2015.

[1] Últimos 12 meses a terminar em maio de 2016.

[2] (jun 15-mai 16)/(jun 14-mai 15) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[4] Inclui Angola.

Importações de Mercadorias

De janeiro a maio de 2016, as importações de mercadorias registaram uma contração de 1,6% (Quadro 3.6).

Destaca-se o contributo das importações dos grupos de produtos “Energéticos” (-5,5 p.p.), e “Minérios e Metais” (-0,6 p.p.) para a redução das importações nos primeiros cinco meses de 2016.

O comportamento das importações de produtos “Material de transporte terrestre e suas partes”, com um contributo positivo de 1,4 p.p. contrariou este decréscimo das importações.

A UE-28 mantém-se como principal mercado de origem das importações portuguesas (78,4%).

Nos primeiros cinco meses de 2016, as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário cresceram, em termos homólogos, 1,1%, sendo que as provenientes dos países da UE-15 cresceram, em termos homólogos, 0,9%. As importações provenientes dos países do Alargamento registaram uma taxa de variação homóloga positiva de 4,7%.

As importações de mercadorias provenientes de países terceiros decresceram 10,2%, em termos homólogos. A China destaca-se como sendo o principal mercado extra-comunitário de origem das importações de mercadorias (3,0% do total). Seguem-se o Brasil (2,0%) e os EUA (1,4%).

Quadro 3.6. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	jan-mai		Anual		jan-mai		12 meses ^[1]		jan-mai	
	2015	2016	2010	2015	2015	2016	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	24 811	24 417	100,0	100,0	100,0	100,0	-0,2	-0,2	-1,6	-1,6
Grupos de Produtos										
Agro-alimentares	3 733	3 825	14,0	15,5	15,0	15,7	4,1	0,6	2,5	0,4
Energéticos	3 457	2 083	14,4	8,2	13,9	8,5	-31,4	-5,0	-39,8	-5,5
Químicos	4 246	4 289	15,2	17,0	17,1	17,6	5,3	0,9	1,0	0,2
Madeira, cortiça e papel	818	867	3,6	3,4	3,3	3,6	4,4	0,1	6,1	0,2
Têxteis, Vestuário e seus acessórios	1549	1613	5,9	6,4	6,2	6,6	5,2	0,3	4,1	0,3
Calçado, peles e couros	631	678	2,0	2,6	2,5	2,8	7,6	0,2	7,4	0,2
Minérios e metais	2 142	1 982	8,7	8,4	8,6	8,1	-1,4	-0,1	-7,4	-0,6
Máquinas e aparelhos e suas partes	3 738	3 926	16,8	16,6	15,1	16,1	4,1	0,6	5,0	0,8
Material de transp. terrestre e suas partes	2 945	3 296	11,4	11,4	11,9	13,5	15,1	1,6	11,9	1,4
Aeronaves, embarcações e suas partes	179	361	2,3	0,6	0,7	1,5	5,0	0,0	10,1	0,7
Produtos acabados diversos	1372	1497	5,7	5,9	5,5	6,1	9,7	0,5	9,1	0,5
Total sem energéticos	21353	22334	85,6	86,8	86,1	91,5	5,8	4,8	4,6	4,0
Mercados de origem										
Intra UE	18 927	19 134	78,6	74,8	76,3	78,4	2,8	2,1	1,1	0,8
dos quais:										
UE-15	18 087	18 256	76,2	71,8	72,9	74,8	2,7	1,9	0,9	0,7
Espanha	7 892	7 950	32,8	32,5	31,8	32,6	2,5	0,8	0,7	0,2
Alemanha	3 209	3 369	13,2	12,3	12,9	13,8	6,4	0,8	5,0	0,6
França	1 855	1 976	8,3	7,1	7,5	8,1	7,1	0,5	6,5	0,5
Itália	1 334	1 357	5,8	5,2	5,4	5,6	4,0	0,2	1,7	0,1
Países Baixos	1 243	1 247	5,3	5,2	5,0	5,1	0,4	0,0	0,3	0,0
Reino Unido	831	775	3,3	3,1	3,4	3,2	-5,5	-0,2	-6,8	-0,2
Bélgica	711	692	2,9	2,7	2,9	2,8	3,4	0,1	-2,6	-0,1
Suécia	284	299	1,0	1,1	1,1	1,2	0,1	0,0	5,1	0,1
Irlanda	340	209	1,0	1,0	1,4	0,9	-29,5	-0,4	-38,5	-0,5
Alargamento	839	878	2,4	3,0	3,4	3,6	6,2	0,2	4,7	0,2
Extra UE	5 884	5 282	21,4	25,2	23,7	21,6	-9,2	-2,3	-10,2	-2,4
dos quais:										
China	703	737	2,2	2,7	2,8	3,0	7,9	0,2	4,7	0,1
Angola	479	252	0,3	2,7	1,9	1,0	-31,1	-0,7	-47,3	-0,9
EUA	436	348	1,7	1,6	1,8	1,4	-6,0	-0,1	-20,3	-0,4
Brasil	298	492	1,7	1,5	1,2	2,0	14,8	0,2	65,1	0,8
Arábia Saudita	291	143	0,8	1,3	1,2	0,6	-25,5	-0,3	-50,8	-0,6
Rússia	258	278	1,0	1,2	1,0	1,1	-14,2	-0,2	8,0	0,1
Cazaquistão	329	137	0,3	1,4	1,3	0,6	-56,4	-0,8	-58,3	-0,8
Argélia	169	205	0,5	1,2	0,7	0,8	-18,4	-0,2	21,3	0,1
Índia	198	203	0,5	0,8	0,8	0,8	-0,5	0,0	2,7	0,0
Turquia	174	219	0,6	0,7	0,7	0,9	29,0	0,2	26,1	0,2
Azerbaijão	127	230	0,0	0,8	0,5	0,9	46,5	0,3	80,7	0,4
Coreia do Sul	123	148	0,5	0,5	0,5	0,6	36,4	0,2	19,8	0,1
Colômbia	115	93	0,2	0,4	0,5	0,4	-2,3	0,0	-18,9	-0,1
OPEP ^[4]	116	746	5,8	6,8	4,5	3,1	-28,0	-1,7	-33,2	-1,5
EFTA	136	164	1,8	0,6	0,5	0,7	17,5	0,1	20,2	0,1
PALOP	494	270	0,4	2,8	2,0	1,1	-29,9	-0,7	-45,3	-0,9

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2015.

[1] Últimos 12 meses a terminar em maio de 2016.

[2] $(\text{jun } 15\text{-mai } 16) / (\text{jun } 14\text{-mai } 15) \times 100 - 100$.

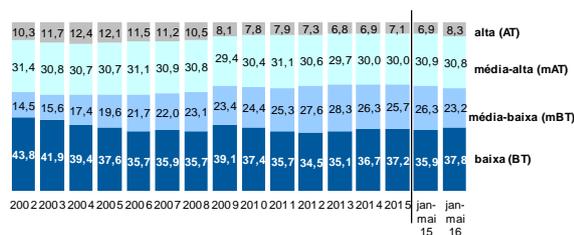
[3] Contributos para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share: $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$.

[4] Inclui Angola.

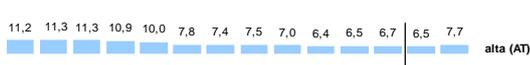
Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

Nos primeiros cinco meses de 2016, as exportações de produtos industriais transformados registaram uma taxa de variação homóloga negativa de -1,7%. As exportações de produtos de média intensidade tecnológica representam mais de metade do total das exportações destes produtos (53,9%), sendo os produtos de alta intensidade tecnológica, excluindo os produtos de aeronáutica e aeroespacial, os que registaram o maior crescimento homólogo nas suas exportações (+17,2%) (Figura 3.4 e Quadro 3.7).

Figura 3.4. Exportações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Alta tecnologia excluindo "Aeronaves e aeroespacial":



Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

Definição da Intensidade Tecnológica de acordo com a metodologia proposta pela OCDE (STI Scoreboard 2003): Alta Intensidade Tecnológica (ISIC Rev.3 2423, 30, 32, 33, 353); Média-alta (24 excl. 2423, 29, 31, 34, 352+359); Média-baixa (23, 25-28, 351); Baixa (15-22, 36-37).

As exportações de produtos de baixa intensidade tecnológica contrariaram este comportamento (contributo positivo de 1,3 p.p.).

As exportações dos produtos de alta intensidade tecnológica contribuíram positivamente (+1,2 p.p.) para o comportamento das exportações de produtos industriais transformados.

As importações de produtos industriais transformados registaram uma taxa de variação homóloga positiva de 4,0%, sendo os produtos de média alta tecnologia os que mais contribuíram para este crescimento (2,8 p.p.).

Figura 3.5. Importações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

Definição da Intensidade Tecnológica de acordo com a metodologia proposta pela OCDE (STI Scoreboard 2003): Alta Intensidade Tecnológica (ISIC Rev.3 2423, 30, 32, 33, 353); Média-alta (24 excl. 2423, 29, 31, 34, 352+359); Média-baixa (23, 25-28, 351); Baixa (15-22, 36-37).

Quadro 3.7. Exportações e Importações* de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

Intensidade Tecnológica	2015	Valores em milhões de Euros										
		janeiro a maio		Taxas variação (%)			% total prod. indust. transf.				Contributos ^[1] (p.p.)	
		2015	2016	média 2010-15	2015-14	jan-mai 2016-15	2014	2015	jan-mai		2015	jan-mai 2016
EXPORTAÇÕES												
Total dos prod. indust. transformados	47 215	19 573	19 243	6,2	3,9	-1,7	100,0	100,0	100,0	100,0	3,9	-1,7
Alta tecnologia	3 372	1 357	1 589	4,3	7,0	17,1	6,9	7,1	6,9	8,3	0,5	1,2
- Sem Aeronáutica e aeroespacial ^[2]	3 149	1 263	1 479	4,2	6,9	17,2	6,5	6,7	6,5	7,7	0,5	1,1
Média-alta tecnologia	14 157	6 047	5 917	5,9	3,9	-2,1	30,0	30,0	30,9	30,8	1,2	-0,7
Média-baixa tecnologia	12 124	5 146	4 458	7,3	1,3	-13,4	26,3	25,7	26,3	23,2	0,3	-3,5
Baixa tecnologia	17 562	7 023	7 279	6,0	5,2	3,7	36,7	37,2	35,9	37,8	1,9	1,3
<i>Por memória:</i>												
Total das Exportações	49 870	20 677	20 334	6,0	3,8	-1,7	100,0	100,0	100,0	100,0	3,8	-1,7
Residual ^[3]	2 656	1 104	1 091	3,3	1,4	-1,2	5,4	5,3	5,3	5,4	0,1	-0,1
IMPORTAÇÕES												
Total dos prod. indust. transformados	49 617	20 283	21 085	0,4	5,2	4,0	100,0	100,0	100,0	100,0	5,2	4,0
Alta tecnologia	7 210	2 982	3 177	-0,6	8,0	6,5	14,2	14,5	14,7	15,1	1,1	1,0
- Sem Aeronáutica e aeroespacial ^[2]	6 797	2 783	2 796	-0,7	10,6	0,5	13,2	13,8	13,9	13,5	1,4	0,1
Média-alta tecnologia	19 522	8 042	8 610	1,4	8,8	7,1	38,0	39,3	39,7	40,8	3,3	2,8
Média-baixa tecnologia	8 320	3 501	3 273	-3,0	-4,5	-6,5	16,5	16,8	17,3	15,5	-0,8	-1,1
Baixa tecnologia	14 565	5 757	6 025	1,8	5,2	4,7	29,3	29,4	28,4	28,6	1,5	1,3
<i>Por memória:</i>												
Total das Importações	60 242	24 811	24 417	0,5	2,0	-1,6	100,0	100,0	100,0	100,0	2,0	-1,6
Residual ^[3]	10 625	4 528	3 331	1,2	-10,3	-26,4	20,1	17,6	18,2	13,6	-2,1	-4,8

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Definição da Intensidade Tecnológica de acordo com a metodologia proposta pela OCDE (STI Scoreboard 2003): Alta Intensidade Tecnológica (ISIC Rev.3 2423, 30, 32, 33, 353); Média-alta (24 excl. 2423, 29, 31, 34, 352+359); Média-baixa (23, 25-28, 351); Baixa (15-22, 36-37).

[1] Contributos para a taxa de crescimento das Exportações/Importações de produtos industriais transformados, em pontos percentuais – análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT não são directamente comparáveis para os anos de 2004 e 2005 uma vez que, a partir de 1 de Janeiro de 2005, as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede para os dados de 2005 e 2006, na medida em que, a partir de 1 de Janeiro de 2006, o mesmo tratamento foi aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros.

[3] Total das Exportações (Importações) – Exportações (Importações) de produtos industriais transformados.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

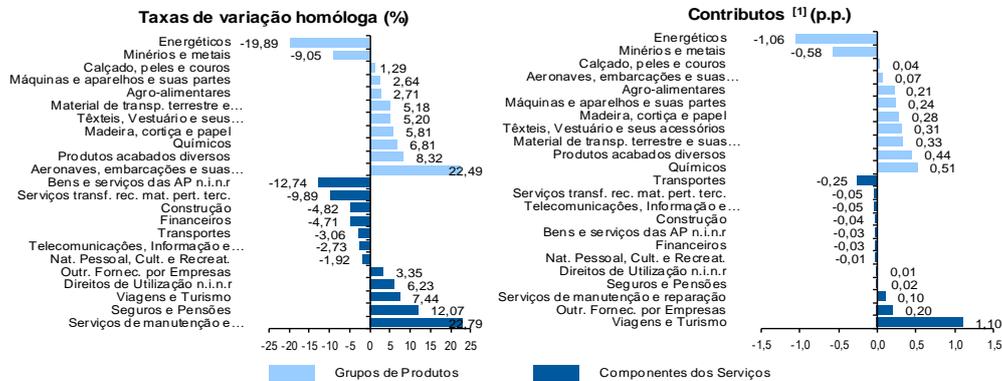
De acordo com os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o mês de abril de 2016, nos primeiros quatro meses de 2016, as “Exportações” (crédito) de Bens e Serviços registaram uma taxa de variação homóloga negativa de -1,9%. A componente dos Bens contribuiu negativamente (-1,4 p.p.) para as “exportações” totais.

Nos primeiros quatro meses de 2016, a componente dos Serviços representou 30,7% do total das “Exportações” e reforçou esse decréscimo em 0,5 p.p.. Do lado das “Importações” (débito), o peso desta componente foi de 18,2% no total e o seu comportamento contrariou o crescimento das “Importações” totais (-1,4%) em 0,1 p.p., (Quadro 3.8).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no último ano a terminar em abril de 2016, com base em dados do INE para as “Exportações” de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as “Exportações” de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das “Exportações” de Bens e Serviços.

No período em análise, destacou-se o contributo positivo dos produtos “Químicos” (+0,51 p.p.) e dos “Produtos acabados diversos” (+0,44 p.p.). Na componente dos serviços, continuam a destacar-se os contributos das rubricas de Viagens e Turismo (+1,10 p.p.) e Outros Fornecimentos por Empresas (+0,20 p.p.).

Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes Último ano a terminar em abril de 2016



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de Bens e Serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, Banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional de Mercadorias do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: TVH x Peso no período homólogo anterior - 100. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (18%).

Quadro 3.8. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

	Valores em milhões de Euros										
	jan-abr		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
	2015	2016	2010	2015	2015	2016	média anual 10-15	12 meses [1] VH [2]	12 meses [1] contrib. p.p. [3]	jan-abr VH	jan-abr contrib. p.p. [3]
CRÉDITO (Exportações)											
Bens e Serviços	23 280	22 833	100,0	100,0	100,0	100,0	6,5	1,8	1,8	-1,9	-1,9
Bens	16 150	15 826	68,2	66,1	69,4	69,3	5,8	1,2	0,8	-2,0	-1,4
Serviços	7 129	7 007	31,8	33,9	30,6	30,7	7,8	2,9	1,0	-1,7	-0,5
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	109	110	0,5	0,4	0,5	0,5	4,2	-9,9	0,0	1,0	0,0
Serv. de manutenção e reparação	131	115	0,7	0,5	0,4	0,5	0,9	22,8	0,1	13,9	0,1
Transportes	1895	1683	8,2	7,9	8,1	7,4	5,7	-3,1	-0,2	-11,2	-0,9
Viagens e Turismo	2 658	2 804	14,0	15,3	11,4	12,3	8,4	7,4	1,1	5,5	0,6
Construção	64	143	10	0,7	0,7	0,6	1,1	-4,8	0,0	-12,7	-0,1
Seguros e Pensões	45	38	0,2	0,2	0,2	0,2	5,4	12,1	0,0	-15,6	0,0
Financeiros	139	140	0,6	0,5	0,6	0,6	5,9	-4,7	0,0	0,6	0,0
Direitos de Utilização n.i.n.r	29	33	0,1	0,1	0,1	0,1	10,0	6,2	0,0	14,0	0,0
Telecom., Informação e Informática	379	393	1,3	1,5	1,6	1,7	10,1	-2,7	0,0	3,6	0,1
Outr. Forneç. por Empresas	1503	1438	4,5	6,1	6,5	6,3	12,9	3,3	0,2	-4,4	-0,3
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	59	61	0,5	0,3	0,3	0,3	-4,7	-1,9	0,0	4,0	0,0
Bens e serviços das AP n.i.n.r	48	49	0,3	0,2	0,2	0,2	-3,9	-12,7	0,0	2,3	0,0
DÉBITO (Importações Fob)											
Bens e Serviços	22 902	22 590	100,0	100,0	100,0	100,0	1,2	1,1	1,1	-1,4	-1,4
Bens	18 831	18 484	83,9	82,0	82,2	81,8	0,7	0,6	0,5	-1,8	-1,5
Serviços	4 072	4 106	16,1	18,0	17,8	18,2	3,5	3,6	0,6	0,8	0,1
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	9	3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	-53,1	0,0	-66,4	0,0
Serv. de manutenção e reparação	104	104	0,3	0,5	0,5	0,5	8,4	-0,9	0,0	0,3	0,0
Transportes	998	933	4,2	4,5	4,4	4,1	2,7	-4,1	-0,2	-6,5	-0,0
Viagens e Turismo	1 133	1 186	4,4	5,1	4,9	5,2	4,1	8,0	0,4	4,7	0,2
Construção	30	43	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	12,0	0,0	44,1	0,1
Seguros e Pensões	111	111	0,4	0,5	0,5	0,5	5,1	0,9	0,0	-0,4	0,0
Financeiros	175	190	1,2	0,8	0,8	0,8	-5,5	16,5	0,1	8,5	0,1
Direitos de Utilização n.i.n.r	208	239	0,7	0,9	0,9	1,1	6,8	21,6	0,2	14,9	0,1
Telecom., Informação e Informática	347	338	1,2	1,3	1,5	1,5	4,3	-13,0	-0,2	-2,5	0,0
Outr. Forneç. por Empresas	830	844	2,7	3,8	3,6	3,7	7,7	10,6	0,4	1,6	0,1
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	90	83	0,7	0,3	0,4	0,4	-11,8	0,5	0,0	-8,0	0,0
Bens e serviços das AP n.i.n.r	36	32	0,1	0,1	0,2	0,1	2,7	3,4	0,0	-11,5	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

Artigos

A importância do *Shipping* em Portugal

Ricardo Pinheiro Alves¹, Vanda Dores²

1. Introdução

O reconhecimento do Mar como vetor estratégico de desenvolvimento económico e social, pelo seu papel no incremento do comércio mundial, mas também em outras atividades humanas, traduz a sua relevância no quadro das prioridades políticas da União Europeia (UE), contidas na Estratégia “Europa 2020” (CE, 2010), e na Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 (DGPM, 2013).

É neste contexto que Portugal, com uma experiência de vários séculos no transporte de mercadorias e passageiros por via marítima, releva o *Shipping* para a valorização económica da atividade marítima, nomeadamente em termos da competitividade e do aumento das exportações de bens e serviços.

O presente estudo visa caracterizar o sector em Portugal e estimar o valor económico do *Shipping*, considerando o transporte marítimo de mercadorias e passageiros e todas as atividades auxiliares, incluindo o manuseamento da carga, e o aluguer de meios de transporte marítimo e fluvial.

O artigo começa por caracterizar o sector do *Shipping*, incluindo a frota da marinha mercante sedeadada em Portugal e as empresas que o integram, com base em indicadores de valor acrescentado, emprego e produtividade. Apresenta ainda informação sobre a evolução do comércio internacional de mercadorias por via marítima e a importância dos transportes marítimos na Balança de Bens e Serviços.

Em seguida, apresenta as estimativas para o peso do *Shipping* na economia portuguesa, medido pela contribuição do valor acrescentado bruto para o PIB nacional³ e considerando os impactos diretos e indiretos, que resultam dos *inputs* de bens ou serviços fornecidos por outras atividades económicas utilizados na produção do *Shipping* (serviços portuários, reparação de embarcações, serviços jurídicos e financeiros, etc.). Em complemento, são considerados impactos relativos às despesas efetuadas pelos turistas de cruzeiro aquando do seu desembarque. O artigo conclui com algumas considerações finais.

2. Evolução recente da Frota da Marinha Mercante sedeadada em Portugal

Em 2011, o número de registos de navios na frota de marinha mercante portuguesa era de 240, sendo que cerca de 74% correspondia a navios de cruzeiro, de transporte de gás e outros.

Entre 2011 e 2015 o número de navios com bandeira portuguesa passou para 326, tendo havido uma alteração na estrutura por tipologia, que decorreu de um ganho de importância relativa dos navios porta contentores possivelmente associado à melhoria das condições de acesso ao Registo Internacional de Navios da Madeira⁴. O número de graneleiros cresceu na ordem dos 700% entre 2011 e 2015, mas partindo de um valor baixo. Em 2015, a frota portuguesa possuía 59 navios porta contentores e 12 navios graneleiros, sendo os petroleiros os que se apresentam em menor número (5) (Quadro 1 e Gráfico 1).

¹ Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e IADE.

² Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia.

³ A informação disponível apenas possibilita a estimação do valor acrescentado, não sendo possível avaliar impactos no emprego.

⁴ Decorrentes da publicação do DL 234/2015, de 13 de outubro, que simplifica procedimentos relacionados com a constituição, modificação e extinção de hipotecas e aligeira requisitos para o registo de navios ao nível da composição das tripulações.

Quadro 1 – Evolução do número de registos de navios com bandeira portuguesa (2011-2015)

	2011	2012	2013	2014	2015
Frota Mercante Total	240	246	242	272	326
<i>tvh (%)</i>	-	2,5%	-1,6%	12,4%	19,9%
Navios Petroleiros	7	4	6	4	5
<i>Peso no total (%)</i>	2,9	1,6	2,5	1,5	1,5
<i>tvh (%)</i>	-	-42,9	50,0	-33,3	25,0
Navios Graneleiros	3	1	5	14	22
<i>Peso no total (%)</i>	1,3	0,4	2,1	5,1	6,7
<i>tvh (%)</i>	-	-66,7	400,0	180,0	57,1
Navios de Carga Geral	47	46	40	39	37
<i>Peso no total (%)</i>	19,6	18,7	16,5	14,3	11,3
<i>tvh (%)</i>	-	-2,1	-13,0	-2,5	-5,1
Navios Porta Contentores	6	9	8	25	74
<i>Peso no total (%)</i>	2,5	3,7	3,3	9,2	22,7
<i>tvh (%)</i>	-	50,0	-11,1	212,5	196,0
Outros Tipos de Navios	177	186	183	190	188
<i>Peso no total (%)</i>	73,8	75,6	75,6	69,9	57,7
<i>tvh (%)</i>	-	5,1	-1,6	3,8	-1,1

Fonte: Base de Dados da UNCTAD.

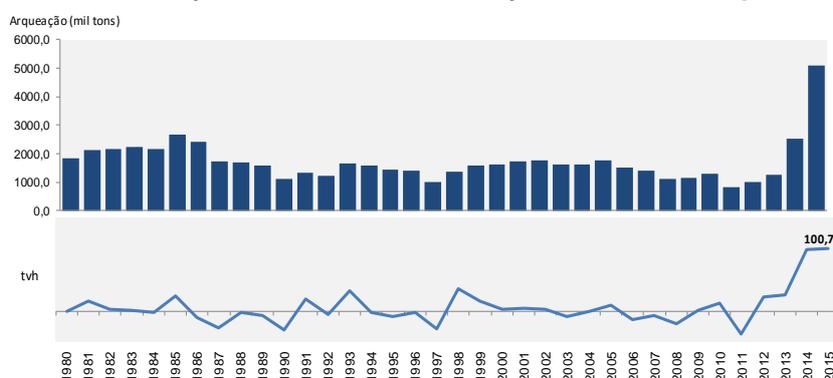
Nota: Outros Tipos de Navios inclui navios de transporte de gás liquefeito, petroleiros, navios tanque especializados, navios de apoio offshore, rebocadores, de cruzeiro, etc.

De acordo com os dados da frota nacional em termos de capacidade de carga (DWT – tonelagem de carga variável⁵) para 2015, os porta contentores representam a maior fatia (cerca de 53%), seguidos dos graneleiros (25,3%) e dos petroleiros (10%). Os outros navios e os de carga geral representam 8% e 3,8%, respetivamente, da capacidade total.

O dinamismo da frota portuguesa reflete-se no significativo acréscimo da sua capacidade em 2015, para cerca de 5,1 milhões de toneladas (DWT), um crescimento de 100,7% face a 2014. Este valor é o máximo observado desde 1980. Em oposição, o ano de 2011 é o de menor capacidade de navios de bandeira portuguesa (818 mil toneladas). Note-se ainda que foram necessários trinta anos para se atingir um valor da capacidade de frota superior ao registado em 1985 (2.685 mil toneladas - Gráfico 1).

Uma análise mais detalhada da capacidade da frota portuguesa por tipo de navio evidencia a importância relativa dos navios petroleiros ao longo dos primeiros anos da série, tendo vindo a alterar-se essa tendência desde 2011, com um aumento do peso relativo dos outros navios até 2012. Em 2015, o registo de um maior número de navios porta contentores (53% do total dos navios), assim como o decréscimo do número dos outros navios de bandeira portuguesa, influenciaram a estrutura (Gráfico 2).

Em termos internacionais e segundo a UNCTAD, e tendo em conta a capacidade da frota da marinha mercante, Portugal ocupa a 40.^a posição no Ranking da Frota da Marinha Mercante por Bandeira.

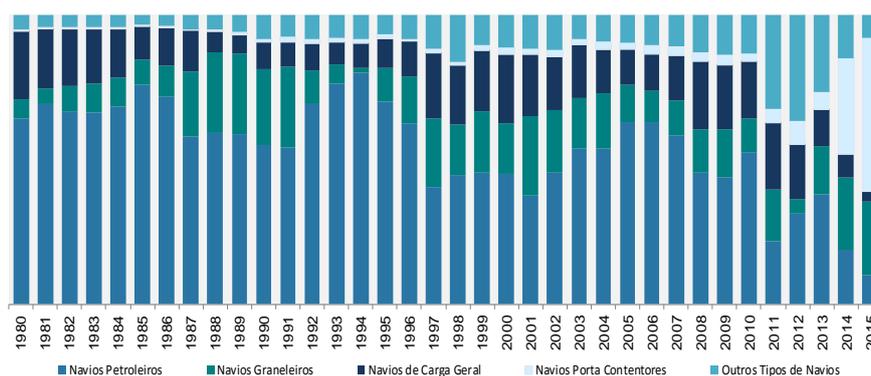
Gráfico 1 – Evolução da Capacidade (Arqueação⁶) da Frota Portuguesa

Fonte: Base de Dados da UNCTAD.

⁵ Medida da capacidade comercial dos navios, em termos de peso que um navio pode transportar com segurança (soma dos pesos de carga, combustível, água potável, água de lastro, provisões, passageiros e tripulação) e que dá, também uma ideia do seu tamanho. O porte é normalmente expresso em toneladas, frequentemente referidas como 'toneladas de peso morto' (tdw).

⁶ Medida do volume interior da embarcação. A Arqueação Bruta é calculada com base no volume moldado de todos os espaços fechados do navio, de acordo com o disposto na Convenção Marítima Internacional sobre arqueação de Navios (1969).

Gráfico 2 – Evolução da Capacidade (Arqueação) da Frota da Marinha Mercante Portuguesa, por tipo de navio



Fonte: Base de Dados da UNCTAD.

Nota: A categoria Outros Tipos de Navios inclui: navios de transporte de gás liquefeito, gás natural liquefeito, parcel (químicos) petroleiros, navios tanque especializados, reefers, navios de apoio offshore, rebocadores, dragas, navios de cruzeiro, ferries e outros navios.

Em termos de idade, 31,7% dos navios nacionais têm menos de 5 anos, 51,8% dos navios tem entre 5 e 15 anos de idade e 16,5% tem mais de 15 anos. Por tipo de navios, destaca-se a idade relativamente avançada da frota de navios de passageiros, em que 80% tem mais de 15 anos. As frotas relativamente mais recentes são as de navios graneleiros e petroleiros, com cerca de 69% e 50% das embarcações a apresentar 5 ou menos anos de idade, respetivamente (Quadro 2).

Quadro 2 – Classes de Idade da Frota Operacional de navios, 2015

<i>Peso no total, por classe de idade (%)</i>	Até 5 anos	De 5 a 10 anos	De 10 até 15 anos	Mais de 15 anos
Frota Operacional Total	31,7	25,9	25,9	16,5
Passageiros	0,0	10,0	10,0	80,0
Carga Geral	18,5	25,9	33,3	22,2
Graneleiros	69,0	11,9	9,5	9,5
Petroleiros	50,0	16,7	16,7	16,7
Porta Contentores	27,5	35,9	26,1	10,6

Fonte: GEE, a partir de dados de base do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP (Estatísticas de Armadores e de Navios).

Apesar evolução recente, o nível de investimento em infraestruturas de transporte marítimo assim como na construção de novos navios e na modernização dos existentes, afetado pela crise recente e pela falta de capital na economia portuguesa, poderá condicionar a sustentabilidade da marinha mercante nacional e das atividades que lhe estão relacionadas.

3. As empresas de *Shipping*

3.1. Breve caracterização das empresas e Volume de Negócios

A indústria do *Shipping* registava a atividade de 476 empresas em 2014, apenas 0,04% do total⁷. Destas, a maioria (214) operava em atividades portuárias e auxiliares, representando cerca de 45% do total das empresas de *Shipping*. As empresas de transportes marítimos de passageiros eram o segundo grupo mais importante, com 31% das empresas. Em termos de evolução, o número de empresas aumentou desde 2010 de 460 para 476 devido ao aumento das empresas de transporte marítimo de mercadorias (subiram de 31 para 56 - Quadro 3a).

⁷. Empresas classificadas nas secções A a S da CAE Rev.3, com exceção da Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória (Secção O).

Quadro 3a – Número de Empresas - Shipping e Total das Empresas (1)

Empresas (nº)		2010	2011	2012	2013	2014
Total (1)		1 144 564	1 112 702	1 064 299	1 097 492	1 127 317
Shipping (50102+502+52220+52240+77340)		460	462	458	471	476
Peso no total das Empresas		0,04%	0,04%	0,04%	0,04%	0,04%
501	Transportes marítimos de passageiros	142	135	135	141	147
50101	Transportes marítimos não costeiros de passageiros	9	9	8	14	15
50102	Transportes costeiros e locais de passageiros	133	126	127	127	132
502	Transportes marítimos de mercadorias	31	47	47	51	56
52220	Actividades auxiliares dos transportes por água	88	82	86	90	88
52240	Manuseamento de carga	142	143	135	133	126
77340	Aluguer de meios de transporte marítimo e fluvial	57	55	55	56	59

Fonte: Cálculos GEE, a partir de dados das Estatísticas das Empresas do INE (SCIE - Sistema de Contas Integradas).

Notas: (1) Os dados apresentados são relativos às Empresas classificadas nas secções A a S da CAE Rev.3, com exceção da Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória (Secção O). Os dados apresentados são relativos às Empresas classificadas no setor de *Shipping*. Por questões de confidencialidade os totais apresentados para o *Shipping* estão subavaliados. ...não disponível.

O volume de negócios anual das empresas do *Shipping* totalizou 1.085 milhões de euros em 2014 e representou 0,34% do valor total das empresas, dividindo-se essencialmente entre o transporte de mercadorias e as atividades auxiliares aos transportes por água e de manuseamento de carga. Neste último ano, o volume de negócios registou um crescimento de 12,9%, influenciado pelo comportamento positivo das empresas de transportes marítimos de mercadorias (+35,9% face a 2013) (Quadro 3b).

Em 2014, cada empresa do sector apresentava um volume de negócios médio anual de 2,3 milhões de euros, mas com substanciais diferenças ao nível das empresas que o integram, tendo as empresas de transportes marítimos de mercadorias muito maior dimensão (vendas médias de 7,7 milhões de euros) relativamente ao transporte costeiro e local de passageiros (vendas médias de 83,3 mil euros). Apesar da crise económica, o valor médio das vendas das empresas subiu (1,9 milhões de euros em 2010).

Quadro 3b - Volume de negócios - Shipping e Total das Empresas

Volume de Negócios (milhões de euros)		2010	2011	2012	2013	2014
Total (1)		349 084	341 046	319 767	317 333	322 637
Shipping (50102+502+52220+52240+77340)		857	891	900	960	1 085
Peso no total das Empresas		0,25%	0,26%	0,28%	0,30%	0,34%
501	Transportes marítimos de passageiros
50101	Transportes marítimos não costeiros de passageiros
50102	Transportes costeiros e locais de passageiros	10	10	10	11	11
502	Transportes marítimos de mercadorias	282	292	291	319	433
52220	Actividades auxiliares dos transportes por água	285	297	302	325	331
52240	Manuseamento de carga	274	286	290	299	300
77340	Aluguer de meios de transporte marítimo e fluvial	6	5	6	7	9

Fonte: Cálculos GEE, a partir de dados das Estatísticas das Empresas do INE (SCIE - Sistema de Contas Integradas).

Notas: (1) Os dados apresentados são relativos às Empresas classificadas nas secções A a S da CAE Rev.3, com exceção da Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória (Secção O). Os dados apresentados são relativos às Empresas classificadas no setor de *Shipping*. Por questões de confidencialidade os totais apresentados para o *Shipping* estão subavaliados. ...não disponível.

3.2. Emprego e remunerações

Em 2014, as empresas do setor do *Shipping* empregavam 4.655 pessoas, correspondendo a 0,14% do total de pessoas ao serviço nas empresas. À semelhança do que acontece com as empresas, a representatividade deste sector no total nacional é pouco expressiva. O emprego está concentrado nas atividades auxiliares aos transportes por água e de manuseamento de carga (78,1%) (Quadro 4).

Ainda em 2014, o emprego do setor, traduzido em pessoas ao serviço, cresceu, em termos homólogos, 2,4%, destacando-se o aumento registado nos transportes de passageiros local e costeiro (+9,3%). Des-

taca-se também o contributo das atividades auxiliares dos transportes por água e de manuseamento, diretamente relacionado com o acréscimo do número de empresas registado neste ano.

As remunerações médias por trabalhador praticadas no setor do *Shipping* em Portugal são superiores à média nacional⁸, totalizando 28,8 mil euros em 2014, quase 70% mais do que o valor médio para todas as empresas, 17 mil euros. As atividades auxiliares dos transportes por água são as que apresentam valor mais elevado: 34,2 mil euros por ano. Em sentido oposto, são os colaboradores das empresas de aluguer de meios de transporte marítimo e fluvial são os que menos auferem (7,4 mil euros por ano) (Gráfico 3).

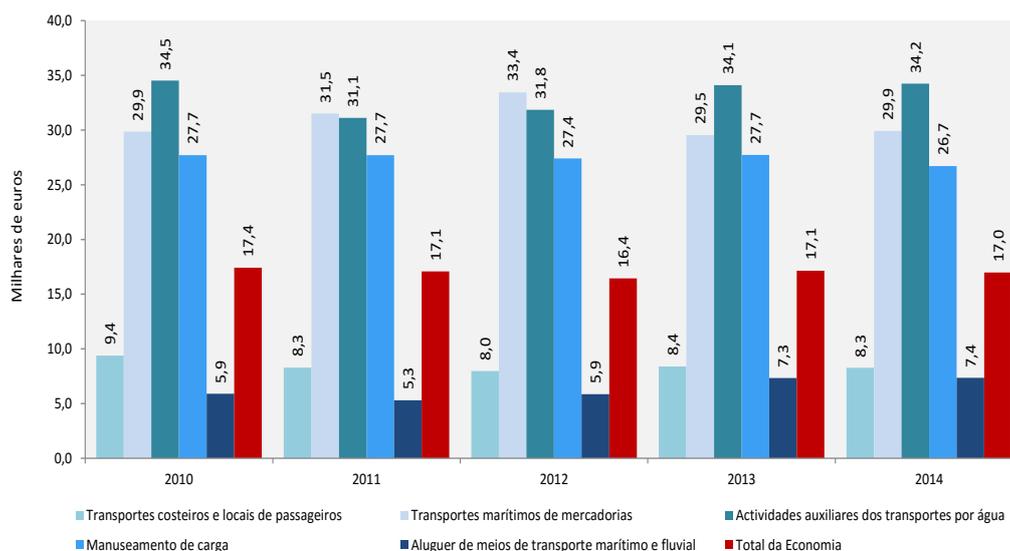
Apesar desta diferença, o peso das remunerações do sector no total da economia é diminuto (0,2%) e está concentrado nas atividades portuárias, em que as atividades auxiliares dos transportes por água representam mais de 60% das remunerações do sector.

Quadro 4 - Pessoal ao serviço –*Shipping* e Total das Empresas

<i>Pessoal ao Serviço (nº)</i>	2010	2011	2012	2013	2014
Total (1)	3 727 488	3 627 639	3 401 181	3 373 518	3 445 226
<i>Shipping</i> (50102+502+52220+52240+77340)	4 775	4 710	4 532	4 544	4 655
<i>Peso no total das Empresas</i>	0,13%	0,13%	0,13%	0,13%	0,14%
501 Transportes marítimos de passageiros
50101 Transportes marítimos não costeiros de passageiros
50102 Transportes costeiros e locais de passageiros	331	335	353	377	412
502 Transportes marítimos de mercadorias	660	631	531	488	487
52220 Atividades auxiliares dos transportes por água	2322	2356	2311	2361	2420
52240 Manuseamento de carga	1346	1241	1189	1190	1216
77340 Aluguer de meios de transporte marítimo e fluvial	116	147	148	128	120

Fonte: Cálculos GEE, a partir de dados das Estatísticas das Empresas do INE (SCIE - Sistema de Contas Integradas).
Notas: (1) Os dados apresentados são relativos às Empresas classificadas nas secções A a S da CAE Rev.3, com exceção da Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória (Secção O). Os dados apresentados são relativos às Empresas classificadas no setor de *Shipping*. Por questões de confidencialidade os totais apresentados para o *Shipping* estão subavaliados. ...não disponível.

Gráfico 3 – Remunerações médias por trabalhador - *Shipping* e Total da Economia



Fontes: Cálculos GEE, a partir de dados das Estatísticas das Empresas (SCIE - Sistema de Contas Integradas) e das Contas Nacionais (B2011), dados a preços correntes - INE.

⁸ Os resultados obtidos para as remunerações médias por trabalhador do setor do *Shipping* consideraram os valores das pessoas ao serviço e das remunerações das respetivas empresas. No caso dos valores estimados para as remunerações médias nacionais por trabalhador foram aplicados os valores das variáveis de Emprego (indivíduos e Remunerações) das Contas Nacionais.

4. Comércio Internacional: Serviços de Transportes Marítimos⁹

A balança comercial dos serviços de transportes marítimos é deficitária. Entre 2008 e 2011, o saldo agravou-se 492 milhões de euros, passando de -392 para -884 milhões de euros. Entre 2011 e 2015 observou-se uma recuperação, tendo o défice em 2015 sido de 456 milhões de euros. A componente de transportes marítimos por carga é a responsável pelo saldo deficitário, sendo o saldo dos transportes de passageiros positivo desde 2014. Os outros transportes marítimos apresentam regularmente um saldo positivo (Quadro 5).

Quadro 5 – Saldo da Balança Comercial dos Transportes Marítimos

<i>Saldo (milhões de euros)</i>	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Bens e serviços	- 16 770	- 11 839	- 12 804	- 6 452	169	3 132	1 965	3 114
Serviços	7 182	6 288	6 463	8 012	9 494	11 183	11 451	12 278
Transp. marítimos	- 392	- 426	- 645	- 884	- 763	- 576	- 409	- 456
Passageiros	- 11	- 12	- 15	- 25	- 17	- 14	12	27
Carga	- 478	- 514	- 723	- 963	- 862	- 688	- 560	- 572
Outros	97	99	93	103	116	126	139	89

Fonte: GEE, com base nos dados da Balança de Pagamentos.

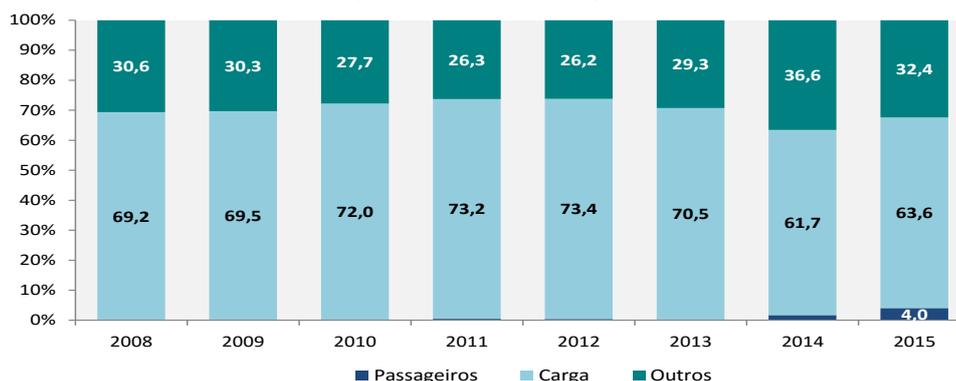
Em 2015, as exportações de serviços de transportes marítimos representaram 0,9% do total das exportações de bens e serviços e 2,7% das exportações de serviços. As exportações dos transportes marítimos de carga correspondem a 64% do total dos transportes marítimos (Quadro 6 e Gráfico 4).

Quadro 6 – Exportações dos Transportes Marítimos

<i>Exportações (milhões de euros)</i>	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Bens e serviços	56 223	47 588	54 139	61 595	64 372	68 587	70 747	74 064
Serviços	17 668	16 165	17 223	19 299	20 063	22 111	23 511	25 073
Transp. marítimos	533	487	507	555	597	694	716	665
<i>% no total das Export Serviços</i>	<i>0,9</i>	<i>1,0</i>	<i>0,9</i>	<i>0,9</i>	<i>0,9</i>	<i>1,0</i>	<i>1,0</i>	<i>0,9</i>
Passageiros	1	1	1	3	3	1	12	27
% nas Export de Bens e Serviços	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
% nas Export de Serviços	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1
Carga	369	338	365	407	438	489	442	422
% nas Export de Bens e Serviços	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,6	0,6
% nas Export de Serviços	2,1	2,1	2,1	2,1	2,2	2,2	1,9	1,7
Outros	163	147	141	146	156	203	262	215
% nas Export de Bens e Serviços	0,3	0,3	0,3	0,2	0,2	0,3	0,4	0,3
% nas Export de Serviços	0,9	0,9	0,8	0,8	0,8	0,9	1,1	0,9

Fonte: GEE, com base nos dados da Balança de Pagamentos.

⁹ A rubrica de serviços de transportes marítimos inclui todos os serviços de transporte internacional marítimos de pessoas e bens que são efetuados por residentes a não residentes (exportações), ou vice-versa (importações), assim como os respetivos serviços de suporte e auxiliares. Incluem-se também os serviços postais e de correio. Excluem-se os serviços de transporte de passageiros prestados por residentes a não residentes dentro de uma economia que são registados na rubrica de viagens e turismo (FMI, 2009). A categoria "Outros" refere-se a serviços auxiliares e de suporte ao transporte marítimo entre residentes e não residentes e que são cobrados de forma separada, e inclui serviços como fretamento de equipamento de transportes marítimos com tripulação, pilotagem, rebocagem e ajuda à navegação, controle de tráfego marítimo ou operações de salvamento.

Gráfico 4 – Estrutura das Exportações dos Transportes Marítimos (2008-2015)

Fonte: GEE, com base nos dados da Balança de Pagamentos.

Entre 2008 e 2015, as importações de serviços de transportes marítimos cresceram 21,2%, concentrando-se nos serviços de carga (88,7% em 2015). As importações dos transportes marítimos representaram 1,6% do total nacional dos débitos da balança de bens e serviços em 2015 (Quadro 7).

Quadro 7 – Importações dos Transportes Marítimos

<i>Importações (milhões de euros)</i>	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Bens e serviços	72 993	59 427	66 943	68 048	64 204	65 455	68 781	70 950
Serviços	10 486	9 878	10 760	11 287	10 569	10 928	12 060	12 795
Transp. marítimos	925	913	1 152	1 439	1 360	1 270	1 125	1 121
% nas Import de Bens e Serviços	1,3	1,5	1,7	2,1	2,1	1,9	1,6	1,6
% no total das Import Serviços	8,8	9,2	10,7	12,7	12,9	11,6	9,3	8,8
Passagemiros	12	13	17	27	19	15	0,5	0,3
% nas Import de Serviços Transp Marítimos	1,3	1,4	1,4	1,9	1,4	1,2	0,0	0,0
Carga	846	852	1 088	1 369	1 300	1 177	1 002	995
% nas Import de Serviços Transp Marítimos	91,5	93,3	94,4	95,1	95,6	92,7	89,0	88,7
Outros	66	48	48	42	41	78	123	126
% nas Import de Serviços Transp Marítimos	7,2	5,3	4,1	2,9	3,0	6,1	10,9	11,2

Fonte: GEE, com base nos dados da Balança de Pagamentos.

5. Valor económico da atividade de *Shipping* na economia portuguesa

O valor económico da atividade de *Shipping* na economia portuguesa é medido pela contribuição do respetivo valor acrescentado bruto das diferentes componentes para o PIB nacional¹⁰, considerando os impactos totais da atividade na economia, dos quais fazem parte:

- os impactos diretos desta indústria na economia nacional, que reflete a contribuição económica da 'própria' indústria do *Shipping*;
- os impactos indiretos da atividade das empresas de *Shipping* no resto da economia, que recorrem a inputs intermédios de bens ou serviços produzidos por outros agentes económicos da cadeia de produção/distribuição (tais como serviços portuários, reparações ou serviços jurídicos e financeiros).

A contribuição resulta da aplicação da ótica do produto no cálculo do PIB, estando o seu valor subavaliado uma vez que apenas se incluem os impactos indiretos de primeiro nível na fileira produtiva e não são considerados efeitos como os da atividade de transportes marítimos não costeiros de passageiros por falta de informação.

5.1. Impactos Diretos

A estimação dos impactos diretos considerou a compilação dos agregados económicos relativos ao VAB e ao emprego, para as diferentes atividades económicas que integram o *Shipping*, classificadas de acordo

¹⁰ Os dados disponíveis apenas possibilitam a estimação do valor acrescentado, não se estimando os impactos no emprego.

com a CAE Rev3, e para o total da economia. Tendo em conta o nível de detalhe previsto para as atividades abrangidas, utilizaram-se os dados das Estatísticas das Empresas.

As empresas do *Shipping* empregavam diretamente cerca de 4.655 indivíduos em 2014, o que equivale a cerca de 0,1% do emprego total da economia nesse ano. Destacam-se as atividades auxiliares dos transportes por água e do manuseamento de carga, com mais de metade deste emprego (Quadro 8).

Quadro 8 - Contribuição Direta do *Shipping* para o Emprego da Economia

Peso no Emprego Total da Economia (%)		2010	2011	2012	2013	2014
Shipping (50102+502+52220+52240) (2)		0,10	0,10	0,10	0,10	0,10
501	Transportes marítimos de passageiros
50101	Transportes marítimos não costeiros de passageiros
50102	Transportes costeiros e locais de passageiros	0,007	0,007	0,008	0,008	0,009
502	Transportes marítimos de mercadorias	0,014	0,013	0,012	0,011	0,011
52220	Actividades auxiliares dos transportes por água	0,048	0,049	0,050	0,053	0,054
52240	Manuseamento de carga	0,028	0,026	0,026	0,027	0,027
77340	Aluguer de meios de transporte marítimo e fluvial	0,002	0,003	0,003	0,003	0,003
Shipping (50102+502+52220+52240) (2)		4 775	4 710	4 532	4 544	4 655
Total da Economia (1)		4 871 325	4 776 728	4 581 449	4 450 167	4 513 057

Por memória:

Emprego:

Shipping (50102+502+52220+52240) (2)		4 775	4 710	4 532	4 544	4 655
Total da Economia (1)		4 871 325	4 776 728	4 581 449	4 450 167	4 513 057

Fontes: Cálculos GEE, a partir de dados das Estatísticas das Empresas (SCIE - Sistema de Contas Integradas) e do total de Indivíduos das Contas Nacionais (B2011), dados a preços correntes - INE.

Notas: (1) Dados para o Emprego da Economia; (2) Dados relativos às Empresas classificadas no setor de *Shipping* (variável Pessoal ao Serviço); Por questões de confidencialidade os totais para o *Shipping* estão subavaliados; ...não disponível.

O cálculo do efeito direto D do *Shipping* na economia portuguesa resulta da soma dos valores acrescentados brutos (VAB) de cada sector x identificado:

$$VAB_{Dsh} = \sum_{x=1}^5 VAB_x = VAB_{sx1} + VAB_{sx2} + \dots + VAB_{sx5} \quad (1)$$

Em 2014, o valor acrescentado bruto do *Shipping* atingiu os 401 milhões de euros, o que equivaleu a cerca de 0,23% do PIB. Tal como no emprego, foram as atividades auxiliares dos transportes por água e do manuseamento de carga as que geraram maior valor acrescentado, representando cerca de 0,13% e 0,06% do PIB, respetivamente (Quadro 12). Note-se que estas atividades são mais relevantes do que o transporte marítimo de mercadorias, que apresenta maior volume de negócios para o total das empresas.

Quadro 9 - Contribuição Direta do *Shipping* para o PIB da Economia

Valor Acrescentado Bruto	Milhões de euros					% PIB				
	2010	2011	2012	2013	2014	2010	2011	2012	2013	2014
Shipping (50102+502+52220+52240) (1)	334	354	358	385	401	0,19	0,20	0,21	0,23	0,23
501	Transportes marítimos de passageiros
50101	Transportes marítimos não costeiros de passageiros
50102	Transportes costeiros e locais de passageiros	4	4	4	5	4	0,002	0,002	0,002	0,003
502	Transportes marítimos de mercadorias	34	36	31	39	57	0,019	0,021	0,018	0,023
52220	Actividades auxiliares dos transportes por água	201	214	224	236	234	0,112	0,121	0,133	0,138
52240	Manuseamento de carga	93	98	98	104	103	0,052	0,056	0,058	0,061
77340	Aluguer de meios de transporte marítimo e fluvial	2	1	2	2	3	0,001	0,001	0,001	0,001
VAB a preços de mercado - Total da Economia (2)		158 326	154 243	147 362	149 768	151 714				
PIB a preços de mercado (2)		179 930	176 167	168 398	170 269	173 446				

Por memória:

VAB a preços de mercado - Total da Economia (2)

PIB a preços de mercado (2)

Fontes: Cálculos GEE, a partir de dados das Estatísticas das Empresas (SCIE - Sistema de Contas Integradas) e das Contas Nacionais (B2011), dados a preços correntes - INE.

Notas: (1) Os dados apresentados são relativos às Empresas classificadas no setor de *Shipping*, de acordo com a metodologia adotada pelo GEE (variável VAB a preços de mercado); (2) Dados a preços correntes para o VAB (e PIB) da Economia; Por questões de confidencialidade os totais apresentados para o *Shipping* estão subavaliados; ...não disponível.

O VAB real por pessoa ao serviço aumentou 20% desde 2010, sendo de 83,8 mil euros em 2014. Estes valores são superiores aos registados para o total da economia. Uma análise por subsector do *Shipping*

evidencia a produtividade real por trabalhador¹¹ das atividades de transporte marítimo de mercadorias (114,8 mil euros por trabalhador) e das atividades auxiliares dos transportes por água (94 mil euros por trabalhador). Desde 2011 que se assiste a uma variação positiva da produtividade (Quadro 10).

Quadro 10 – VAB por pessoa empregada (produtividade) do Shipping

VAB por pessoa empregada (milhares de euros)		2010	2011	2012	2013	2014
Shipping (50102+502+52220+52240) (1)		69,8	75,1	79,4	83,2	83,8
501	Transportes marítimos de passageiros
50101	Transportes marítimos não costeiros de passageiros
50102	Transportes costeiros e locais de passageiros	11,3	11,8	11,2	11,9	10,4
502	Transportes marítimos de mercadorias	51,7	57,7	57,9	77,6	114,8
52220	Actividades auxiliares dos transportes por água	86,4	90,8	97,4	98,0	94,0
52240	Manuseamento de carga	69,2	79,0	82,6	86,1	82,1
77340	Aluguer de meios de transporte marítimo e fluvial	15,6	9,3	11,8	14,1	22,4
<i>Por memória:</i>						
VAB por pessoa empregada (milhares de euros)		32,0	32,3	32,6	33,3	33,0
- Total da Economia (2)						

Fontes: Cálculos GEE, a partir de dados das Estatísticas das Empresas (SCIE - Sistema de Contas Integradas) e das Contas Nacionais (B2011), dados a preços correntes - INE.

Notas: (1) Os dados apresentados são relativos às Empresas de *Shipping*; valores do VAB deflacionados com base no deflator do PIB; (2) Os dados apresentados são relativos ao VAB (dados reais) e ao Emprego (indivíduos) da Economia; Por questões de confidencialidade os totais apresentados para o *Shipping* estão subavaliados; ...não disponível.

Uma vez que a determinação dos impactos diretos tem por base os dados para as Estatísticas das Empresas, os valores apresentados para o Emprego da indústria do *Shipping*, assim com o respetivo contributo para o Emprego da economia, tendem a estar subavaliados, na medida em que apenas se está a avaliar o contributo das empresas (excluindo a componente pública da prestação de serviços de transporte de passageiros, por exemplo) e existem questões de confidencialidade para os valores das principais variáveis económicas do transporte marítimo não costeiro de passageiros, cujas empresas representam cerca de 3,2% do total das empresas do *Shipping*.

5.2. Impactos Indiretos de primeiro nível

A estimação dos impactos indiretos das atividades de *Shipping* teve por base a análise do seu efeito na produção dos restantes ramos da economia. Os impactos foram calculados usando o sistema simétrico de matrizes input-output para 2008 publicadas pelo INE¹² e basearam-se nos VAB gerados nos sectores imediatamente a montante diretamente associados ao *Shipping*. O efeito indireto I resulta do somatório dos VAB dos sectores a montante m explicados pelo fornecimento das atividades de *Shipping* (sh):

$$VAB_{Ish} = \sum_{m=1}^n VAB_{m \rightarrow sh} = VAB_{sm1 \rightarrow sh} + VAB_{sm2 \rightarrow sh} + \dots + VAB_{smn \rightarrow sh} \quad (2)$$

O VAB de cada um dos n sectores m (montante) resulta da aplicação do coeficiente técnico CT das matrizes à parte da sua produção P que se destina ao fornecimento de atividades de *Shipping*, assumindo-se implicitamente que o valor acrescentado gerado é igual na totalidade da produção:

$$VAB_{sm \rightarrow sh} = VAB_{sm} X \frac{P_{sm \rightarrow sh}}{P_{sm}} = P_{sm} X (1 - CT) X \frac{P_{sm \rightarrow sh}}{P_{sm}} \quad (3)$$

¹¹ A produtividade real do trabalho é obtida a partir do valor acrescentado bruto e do pessoal ao serviço das empresas. O valor real do Valor Acrescentado Bruto foi obtido aplicando os deflatores do PIB das Contas Nacionais ao respetivo VAB a preços correntes.

¹² Estas matrizes fornecem informação relativas aos *inputs* consumidos pelas empresas de um sector para produzir uma unidade de produto. Por exemplo: para prestar os serviços de transporte marítimo, que são vendidos por 5 milhões de euros, uma empresa de transporte precisa de comprar 1 milhão de euros de combustível, serviços portuários de 1 milhão de euros e serviços técnicos por meio milhão de euros. Neste exemplo, a empresa de transporte gerou 2,5 milhões de euros de valor acrescentado bruto mas também contribuiu para a criação de 2,5 milhões de euros em volume de negócios para outras empresas fornecedoras, que por sua vez também contribuem com valor acrescentado adicional. Neste trabalho foi considerado apenas o primeiro nível dada a informação disponível.

O acréscimo da produção das atividades do *Shipping* leva ao aumento da procura intermédia de *inputs* para satisfazer esse acréscimo de produção. Por sua vez, os ramos que fornecem esses *inputs* primários às atividades do *Shipping* aumentam a sua produção para responder a essa procura. Estes fluxos correspondem aos impactos indiretos do acréscimo da produção do *Shipping*.

Com base na informação das matrizes input-output, para cada ponto percentual de aumento na produção das atividades do *Shipping*, a contribuição indireta para o PIB nacional em 2014 equivale a 0,04% do PIB (68 milhões de euros). Esse acréscimo tem origem, essencialmente, no aumento da produção dos serviços auxiliares aos transportes por água e nos serviços de manuseamento (Quadro 11).

Quadro 11 - Contribuição Indireta do *Shipping* para o PIB da Economia (Impactos indiretos)

	Milhões de euros					% PIB				
	2010	2011	2012	2013	2014	2010	2011	2012	2013	2014
Shipping (50102+502+52220+52240) (1)	57	60	61	65	68	0,03	0,03	0,04	0,04	0,04
501 Transportes marítimos de passageiros
50101 Transportes marítimos não costeiros de passageiros
50102 Transportes costeiros e locais de passageiros	1	1	1	1	1	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
502 Transportes marítimos de mercadorias	6	6	5	7	10	0,003	0,004	0,003	0,004	0,006
52220 Actividades auxiliares dos transportes por água	34	36	38	40	40	0,019	0,021	0,023	0,023	0,023
52240 Manuseamento de carga	16	17	17	18	17	0,009	0,009	0,010	0,010	0,010
77340 Aluguer de meios de transporte marítimo e fluvial	0	0	0	0	0	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
<i>Por memória:</i>										
VAB a preços de mercado - Total da Economia (2)	158 326	154 243	147 362	149 768	151 714					
PIB a preços de mercado (2)	179 930	176 167	168 398	170 269	173 446					

Fontes: Cálculos GEE, a partir de dados das Estatísticas das Empresas (SCIE - Sistema de Contas Integradas), das Contas Nacionais (B2011), dados a preços correntes e das matrizes input-output - INE/DPP.

Notas: (1) Os dados apresentados são relativos às Empresas classificadas no setor de *Shipping*. (2) Dados a preços correntes para o VAB (e PIB) da Economia; Por questões de confidencialidade os totais apresentados para o *Shipping* estão subavaliados; ... não disponível.

5.3. Impacto Total – Valor Económico do *Shipping* e contribuição para o PIB

Em 2014, a atividade do *Shipping* representou 0,27% do PIB, ou seja, 469 milhões de euros. Este valor resulta dos efeitos diretos D e indiretos I do *Shipping* na economia nacional (Quadro 12):

$$VAB_{sh} = VAB_{Dsh} + VAB_{Ish} \quad (4)$$

Quadro 12 - Valor Económico do *Shipping* e contribuição para o PIB

Valor Acrescentado Bruto	Milhões de euros					% PIB				
	2010	2011	2012	2013	2014	2010	2011	2012	2013	2014
Shipping (50102+502+52220+52240) (1)	391	414	419	450	469	0,22	0,23	0,25	0,26	0,27
501 Transportes marítimos de passageiros
50101 Transportes marítimos não costeiros de passageiros
50102 Transportes costeiros e locais de passageiros	4	5	5	5	5	0,002	0,003	0,003	0,003	0,003
502 Transportes marítimos de mercadorias	40	43	36	45	67	0,022	0,024	0,021	0,026	0,039
52220 Actividades auxiliares dos transportes por água	235	250	262	276	273	0,131	0,142	0,156	0,162	0,158
52240 Manuseamento de carga	109	115	114	122	120	0,061	0,065	0,068	0,072	0,069
77340 Aluguer de meios de transporte marítimo e fluvial	2	2	2	2	3	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
<i>Por memória:</i>										
VAB a preços de mercado - Total da Economia (2)	158 326	154 243	147 362	149 768	151 714					
PIB a preços de mercado (2)	179 930	176 167	168 398	170 269	173 446					

Fontes: Cálculos GEE, a partir de dados das Estatísticas das Empresas (SCIE - Sistema de Contas Integradas), das Contas Nacionais (B2011), dados a preços correntes e das matrizes input-output - INE/DPP.

Nota: (1) Os dados apresentados são relativos às Empresas classificadas nas atividades económicas do *Shipping*.

O valor estimado resulta de efeitos diretos (401 milhões de euros) e indiretos (68 milhões de euros) em:

- Transporte marítimo de passageiros: 5 milhões de euros;
- Transporte marítimo de carga: 67 milhões de euros;
- Atividades auxiliares aos transportes por água, manuseamento de carga e, por fim, aluguer de equipamento marítimo e fluvial: 397 milhões de euros.

Este valor não é completo porque não existe informação disponível para o transporte marítimo não costeiro de passageiros. Contudo, o reduzido número de empresas portuguesas neste subsector (15, todas de pequena dimensão) torna esta ausência pouco significativa.

6. Considerações finais

A atividade do *Shipping* concentra-se especialmente no transporte de mercadorias (com maior volume de negócios e remunerações médias) e nas atividades auxiliares aos transportes por água e de manuseamento de carga (mais relevantes não só nas vendas e remunerações, mas também no nível de emprego e no número de empresas).

Globalmente, a importância do *Shipping* é relativamente reduzida. Os resultados mostram que em 2014, a atividade do *Shipping* representa 0,27% do PIB português, correspondendo a um Valor Acrescentado Bruto de 469 milhões de euros, e emprega 4.655 pessoas. Os valores observados devem-se, principalmente, às atividades auxiliares dos transportes por água e do manuseamento de carga e ao transporte de carga.

O valor económico estimado resulta da medição dos efeitos diretos (401 milhões de euros) e indiretos (68 milhões de euros) do acréscimo da produção das atividades do *Shipping*. Estes resultados mostram que a contribuição deste sector para o PIB da economia nacional registou um crescimento de 22,7% entre 2010 e 2014.

O estudo considerou ainda alguns impactos induzidos, nomeadamente os que são relativos aos gastos dos turistas de cruzeiro que desembarcam em portos portugueses, concluindo que o seu valor médio anual é equivalente a 0,13% do PIB em 2014. Este valor considera as despesas médias de consumo realizadas pelos turistas que desembarcam dos navios e o efeito multiplicador daí resultante.

Os dois valores considerados em conjunto aproximam-se dos vários estudos nacionais que têm sido desenvolvidos no sentido de valorizar a economia do mar, procurando quantificar o valor económico de cada uma das atividades que contribuem para esse sistema económico, social e ambiental.

O estudo “Economia do Mar em Portugal”, desenvolvido pela Direção Geral de Política do Mar, estima que o peso dos “usos e atividades do mar” foi, em 2010, de 2,5% do VAB e de 2,3% do Emprego (DGPM, 2010). Uma análise destes resultados, por setores integrantes da Economia do Mar, mostra que a atividade portuária (0,1%) e a atividade de transporte marítimo (0,8%) representaram, em termos de impactos diretos, 0,9% do VAB em 2010.

Mais recentemente, a Conta Satélite do Mar, divulgada pelo INE, apesar de igualmente apresentar uma perspetiva mais abrangente das atividades do mar, atribui um peso de cerca de 3,1% do VAB e de 3,6% do emprego da economia nacional às atividades relacionadas com o mar no quadriénio 2010 – 2013 (INE, 2016). Os apuramentos da Conta Satélite do Mar por agrupamento de atividades atribuem um peso entre 0,4% (2010 e 2011) e 0,5% (2012 e 2013) do VAB nacional às atividades económicas relativas ao agrupamento 3 – Portos, Transportes e Logística no VAB nacional.

Se considerarmos que o *Shipping* é um subsector dos anteriores, que apenas foram considerados os valores relativos às Estatísticas das Empresas, sujeitos a tratamento de confidencialidade, as estimativas apresentadas no presente estudo, apesar de subavaliadas, podem ser consideradas como um ponto de referência para o valor económico do *Shipping* e respetivo contributo para o PIB português.

As estimativas apresentadas, para além de constituírem um ponto de partida para a potencial quantificação do valor económico da atividade em análise, apresentam algumas limitações, que estão diretamente relacionadas com a falta de informação ou até mesmo com o nível agregado das estatísticas, sujeitas a tratamento de confidencialidade, com o nível de defasamento temporal dos dados disponíveis e até mesmo de fontes metodologicamente consistentes. Por outro lado, seria, ainda, importante analisar os impactos indiretos e induzidos da atividade em análise em áreas como o emprego, remunerações, produtividade do trabalho, fiscalidade (impostos e financiamento do Estado à atividade) ou até mesmo ambientais.

A Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 releva a atividade de *Shipping* num dos seus domínios estratégicos de desenvolvimento como um conjunto de ações que contribuem para a valorização económica da atividade marítima. A sua implementação deverá contribuir para aumentar a importância deste setor e potenciar a longa experiência no transporte de mercadorias e passageiros por via marítima e o reconhecimento do mar como “desígnio nacional”.

BIBLIOGRAFIA

Banco de Portugal, Estatísticas da Balança de Pagamentos (BPStat – Estatísticas online; [http://www.bportugal.pt/EstatisticasWeb/\(S\(d552wp55yzryzd454olz5y55\)\)/Default.aspx](http://www.bportugal.pt/EstatisticasWeb/(S(d552wp55yzryzd454olz5y55))/Default.aspx)).

Comissão Europeia (CE) (2010), *Europa 2020: Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusive*, março; COM (2010) 2020 Final.

DIAS, Ana Maria (2008), *Sistema Integrado de Matrizes Input-Output para Portugal*, 2005, Lisboa, DPP (Departamento de Prospetiva e Planeamento) – extinto, Documento de Trabalho n.º 8/2008.

DIAS, Ana Maria (2008), *Conteúdos de inputs primários da procura final*, 2005, Lisboa, DPP (Departamento de Prospetiva e Planeamento) – extinto, Documento de Trabalho n.º 1/2010.

Direção Geral de Política do Mar, Ministério do Mar (DGPM) (2013), *Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2014, DR. n.º 30, Série I de 02 de dezembro)*.

Direção Geral de Política do Mar, M. do Mar (DGPM) (2010), *A Economia do Mar em Portugal*.

European Commission (2015), *Analysis of Recent Trends in EU Shipping and Analysis and Policy Support to improve the competitiveness of short sea shipping in the EU*; DG Mobility and Transport, June.

Eurostat (2013), *European System of Accounts – ESA 2010*.

Eurostat (2008), *Eurostat Manual of Supply, Use and Input-Output Tables*

FMI (2009), *Balance of Payments and International Investment Position Manual – Sixth Edition (BPM6)*.

Instituto Nacional de Estatística (INE) (2016), *Conta Satélite do Mar, 2010 – 2013, junho*.

Instituto Nacional de Estatística (INE), Portal de Estatísticas online (www.ine.pt).

OECD (2016), *The Ocean Economy in 2030, OECD “Better Policies” Series*.

Oxford Economics (April 2014), *The economic value of the EU Shipping Industry*, A report for the European Community Shipowners’ Associations (ECSA).

UNCTAD Data Center, *Maritime Transport* (<http://unctadstat.unctad.org/EN/>).

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
Reunião Conselho ECOFIN 12 de julho de 2016	<p data-bbox="491 322 1343 383">Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 12 de julho de 2016 destacam-se os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li data-bbox="491 405 1343 703">▪ Programa de trabalhos da Presidência Eslovaca: O Ministro das Finanças eslovaco apresentou o programa de trabalhos da Presidência, que decorrerá entre julho e dezembro de 2016 e que dá prioridade a: (i) continuar o trabalho em sede de serviços financeiros e União Bancária, (ii) desenvolver a união dos mercados de capitais, (iii) implementar o Plano de Investimento para a Europa, (iv) completar a UEM, (v) alcançar um acordo relativo ao Orçamento da União para 2017, (vi) combater a fuga e evasão fiscais e o branqueamento de capitais, (vii) reformar os fundos estruturais e de investimento da UE. <li data-bbox="491 725 1343 920">▪ Procedimento relativo aos Défices Excessivos – Portugal e Espanha: O Conselho adotou as decisões que estabelecem que Portugal e Espanha não tomaram medidas eficazes em resposta à recomendação do Conselho de correção das suas situações de défice excessivo. Estas decisões abriam caminho à aplicação de sanções, ao abrigo do Procedimento por Défices Excessivos. <li data-bbox="491 943 1343 1039">▪ Recomendações específicas por País: Concluindo o processo relativo ao Semestre Europeu de 2016, o Conselho adotou formalmente as recomendações específicas por País. <li data-bbox="491 1061 1343 1532">▪ Barreiras ao investimento: O Conselho foi informado sobre o trabalho desenvolvido em relação a este tema, que constitui um dos três eixos do Plano de Investimento para a Europa, focando-se nos seguintes aspetos: (i) investimento público nas infraestruturas de transportes, (ii) legislação no domínio das insolvências, (iii) melhores práticas em termos de parcerias público-privadas, (iv) investimento em indústrias de rede, (v) regulação de preços e subsídios ambientalmente negativos no setor da energia e (vi) investimento residencial na eficiência energética e nas energias renováveis. O Conselho focou ainda o seu debate nas áreas em que os estados-membros podem avançar com medidas: (i) legislação no domínio das insolvências, (ii) acesso a financiamento e (iii) sinergias transfronteiriças. O Conselho considerou que as ações a desenvolver terão de ser específicas para a situação de cada estado-membro e incentivou a continuação do trabalho nesta matéria. <li data-bbox="491 1554 1343 1823">▪ União Económica e Monetária – Relatórios de Convergência: O Conselho tomou nota dos relatórios da Comissão e do Banco Central Europeu sobre os países que ainda não aderiram ao euro beneficiando de uma derrogação (Bulgária, Croácia, República Checa, Hungria, Polónia, Roménia e Suécia). Estes relatórios avaliam o cumprimento dos critérios de convergência, bem como das obrigações decorrentes da UEM. A sua conclusão é a de que nenhum dos estados-membros reúne todas as condições necessárias à adoção da moeda única. <li data-bbox="491 1845 1343 2069">▪ Reformas do Comité de Basileia sobre a atividade bancária: O Conselho discutiu a finalização das reformas do Comité de Basileia sobre a atividade bancária, tendo sido adotadas conclusões quanto ao tema. Nas conclusões, o Conselho reitera o seu apoio a estas reformas e sublinha a importância de assegurar uma adequada calibração. Nota igualmente que não se espera que estas reformas resultem num aumento significativo dos requisitos de capital do setor bancário. <p data-bbox="491 2092 1343 2116">À margem do Conselho ECOFIN, a UE e o Mónaco assinaram um acordo desti-</p>

Iniciativa	Sumário
	<p>nado a melhorar o cumprimento das obrigações fiscais por parte dos aforradores privados. O acordo contribuirá para a repressão da evasão fiscal, requerendo aos estados-membros da UE e ao Mónaco que procedam à troca automática de informações, permitindo que as respetivas administrações fiscais tenham maior acesso às informações sobre as contas financeiras dos residentes de cada uma das partes. Este acordo atualiza e reforça o acordo de 2004, o qual garantia a aplicação por parte do Mónaco de disposições equivalentes às previstas na Diretiva relativa à tributação dos rendimentos da poupança sob a forma de juros (2003/48/CE), uma vez que esta Diretiva foi entretanto revogada e substituída pela Diretiva 2014/107/UE, que inclui provisões reforçadas contra a evasão fiscal.</p>
<p>Criação do Programa Capitalizar Conselho de Ministros de 14 de julho</p>	<p>Após um período de ponderação política sobre o trabalho apresentado pela Estrutura de Missão para a Capitalização das Empresas (EMCE), o Governo criou o Programa Capitalizar — um programa estratégico de apoio à capitalização das empresas, à retoma do investimento e ao relançamento da economia, com o objetivo de promover estruturas financeiras mais equilibradas, a redução dos passivos das empresas economicamente viáveis e de melhorar as condições em que as micro, pequenas e médias empresas financiam os seus projetos e a sua atividade.</p>
<p>Instrumentos financeiros de capitalização e financiamento Portal do Governo 14 de julho</p>	<p>Anunciados dois instrumentos financeiros de capitalização e financiamento dirigidos às empresas com o objetivo de injetar cerca de 1100 milhões de euros na economia a partir do terceiro trimestre do ano.</p> <p>Linha de Crédito com Garantia Mútua tem como objetivo financiar projetos de investimento de PME portuguesas. São especialmente abrangidos projetos de reforço da capacitação empresarial para o desenvolvimento de novos produtos e serviços, ou com inovações ao nível de processos ou produtos.</p> <p>Este instrumento permite montantes de financiamento por empresa superiores aos atualmente praticados, podendo ir até 4,2 milhões de euros. Por outro lado, há uma redução entre 20% a 30% dos limites máximos das margens de lucro dos bancos (<i>spreads</i>), a praticar pelas instituições financeiras que se associem a esta linha de crédito, face a linhas semelhantes.</p> <p>Linha de Financiamento a Operações de Capital Reversível destina-se ao cofinanciamento de intermediários financeiros para a realização de operações de capital reversível junto das PME, nomeadamente, instituições bancárias, capitais de risco ou <i>business angels</i>.</p> <p>Com uma dotação inicial de 20 milhões de euros, o Governo prevê que seja disponibilizado às PME um montante total de investimento de cerca de 90 milhões de euros.</p>
<p>Anúncio da criação do Orçamento Participativo para 2017 Intervenção da ministra da presidência e da Modernização administrativa de 18/07/2016</p>	<p>O Governo anunciou a intenção de estabelecer, no âmbito do Orçamento do Estado para 2017, um orçamento participativo a nível nacional, no entendimento de que se trata de uma manifestação de democracia participativa que completa, reforça e ajuda as outras expressões da democracia. Com o orçamento participativo será prevista uma verba anual de montante na ordem dos 3 milhões de euros, destinada a projetos propostos e escolhidos pelos cidadãos, que visem a promoção da qualidade de vida. Esta primeira edição do Orçamento Privativo será limitada a 4 áreas de políticas públicas nacionais: a cultura, a ciência, a agricultura e a formação e educação de adultos.</p>
<p>Descarbonização da economia – Acordo de Paris Conselho de Minis-</p>	<p>Tomada a decisão de submeter à Assembleia da República a aprovação do Acordo de Paris, adotado a 12 de dezembro de 2015.</p> <p>Com este acordo a comunidade internacional estabelece como objetivo a descarbonização das economias mundiais e estabelece o objetivo de limitar o au-</p>

Iniciativa	Sumário
<p>atos de 21 de julho</p>	<p>mento da temperatura média global a níveis bem abaixo dos 2°C acima dos níveis pré-industriais e prosseguir esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C, reconhecendo que isso reduzirá significativamente os riscos e impactos das alterações climáticas.</p> <p>Portugal está preparado para proceder à aprovação do Acordo de Paris e posteriormente levar a cabo uma ação coordenada com os restantes Estados-Membros e com a própria União Europeia para depósito dos instrumentos de ratificação junto do Secretário-Geral das Nações Unidas.</p>
<p>Reforço do ensino profissional</p> <p>Conselho de Ministros de 21 de julho</p>	<p>Autorizada a realização da despesa relativa aos apoios decorrentes da celebração de contratos-programa no âmbito do ensino profissional para o ciclo de formação 2016/2019 até ao montante global de 28 119 948,00 euros.</p> <p>Esta aprovação vem permitir reforçar a oferta formativa e valorizar o ensino profissional, de modo a cumprir os compromissos e metas assumidos junto da União Europeia e no Programa Nacional de Reformas de ter 50% dos alunos do ensino secundário a frequentar cursos profissionais em 2020.</p>
<p>Submissão à Assembleia da República da aprovação do Acordo de Paris</p> <p>Conselho de ministros de 21 de julho</p>	<p>O Governo decidiu submeter à Assembleia da República a aprovação do Acordo de Paris, adotado a 12 de dezembro de 2015. O Acordo de Paris constitui um marco no reforço da ação coletiva a nível global e encerra em si o potencial para promover a transição para sociedades de baixo carbono e resilientes às alterações climáticas. Representa uma oportunidade para o desenvolvimento e transformação das economias e para a criação de novos empregos, estabelecendo um quadro de orientações que permite aumentar a transparência, a confiança mútua e a previsibilidade sobre as contribuições de cada parte.</p>
<p>Política Fiscal</p> <p>Conselho de ministros de 28 de julho</p>	<p>O Conselho de Ministros aprovou o decreto-lei que introduz alterações ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), visando assegurar a conformidade do regime fiscal aplicável aos rendimentos de patentes e outros direitos de propriedade industrial com as exigências acordadas ao nível da União Europeia e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.</p>

2. Seleção de Medidas Legislativas

Assunto/Diploma	Descrição
<p><i>Alterações a códigos tributários</i></p> <p><i>Decreto-Lei n.º 36/2016 - Diário da República n.º 125/2016, Série I de 2016-07-01</i></p>	<p>No uso da autorização legislativa, o Governo altera o Código de Procedimento e de Processo Tributário, o Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária e Aduaneira e o Regulamento das Custas dos Processos Tributários.</p>
<p><i>Tarifa social de fornecimento de energia elétrica</i></p> <p><i>Portaria n.º 178-B/2016 - Diário da República n.º 125/2016, 2º Suplemento, Série I de 2016-07-01</i></p>	<p>Estabelece os procedimentos, o modelo e as demais condições necessárias à aplicação das alterações ao artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 138-A/2010, de 28 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 172/2014, de 14 de novembro, e pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, que cria um modelo único e automático de atribuição de tarifa social de fornecimento de energia elétrica a clientes economicamente vulneráveis.</p>
<p><i>Tarifa social de fornecimento de gás natural</i></p> <p><i>Portaria n.º 178-C/2016 - Diário da República n.º 125/2016, 2º Suplemento, Série I de 2016-07-01</i></p>	<p>Estabelece os procedimentos, o modelo e as demais condições necessárias à aplicação das alterações ao artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 101/2011, de 30 de setembro, alterado pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, que cria um modelo único e automático de atribuição de tarifa social de fornecimento de gás natural a clientes economicamente vulneráveis, no território de Portugal continental.</p>
<p><i>Grupo de trabalho para avaliar o impacto da alteração do IVA da restauração</i></p>	<p>Criação de um grupo de trabalho interministerial, com o objetivo de assegurar o acompanhamento do impacto na atividade</p>

Assunto/Diploma	Descrição
<i>Despacho n.º 8591-C/2016 - Diário da República n.º 125/2016, 2º Suplemento, Série II de 2016-07-01</i>	económica, nomeadamente nos preços e no emprego, da alteração da taxa do IVA na prestação de serviços de alimentação e bebidas.
<i>Aprovação das Notas de Enquadramento às contas do Plano de Contas Multidimensional . Portaria n.º 189/2016 - Diário da República n.º 134/2016, Série I de 2016-07-14</i>	Foram aprovadas as Notas de Enquadramento às contas do Plano de Contas Multidimensional (PCM) anexo ao Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas. Esta publicação consubstancia as notas explicativas de apoio aos movimentos contabilísticos nas contas do PCM, as quais têm por objetivo ajudar na interpretação e ligação daquele Plano às respetivas normas de contabilidade pública.
<i>Alteração ao Estatuto dos Benefícios Fiscais. Decreto-Lei n.º 38/2016 - Diário da República n.º 135/2016, Série I de 2016-07-15</i>	No uso da autorização legislativa o Governo procedeu à alteração ao Estatuto dos Benefícios Fiscais, no que respeita à majoração dos gastos suportados pelas empresas de transportes com a aquisição de combustíveis.
<i>Estabelecimento o regime complementar de redução das taxas de portagem a praticar nalguns lanços e sublanços das autoestradas. Portaria n.º 196/2016 - Diário da República n.º 138/2016, Série I de 2016-07-20</i>	O Estado assumiu o compromisso da afirmação do interior e da promoção da coesão territorial, concorrendo para esse desígnio a redução dos valores das taxas de portagens de autoestrada nas regiões economicamente mais desfavorecidas ou geograficamente mais penalizadas. Neste quadro, o diploma estabelece o regime complementar de redução das taxas de portagem a praticar nos lanços e sublanços de várias autoestradas e procede ao alargamento do regime de modulação horária e de descontos especiais.
<i>Inserção profissional das pessoas com deficiência e incapacidade Despacho n.º 9251/2016 - Diário da República n.º 138/2016, Série II de 2016-07-20</i>	Alteração das medidas específicas com o objetivo de promover a inserção profissional das pessoas com deficiência e incapacidade, designadamente Apoio à Qualificação e Apoios à Integração, Manutenção e Reintegração no Mercado de Trabalho.
<i>FIEAE - Fundo Imobiliário Especial de Apoio às Empresas Despacho n.º 9508/2016 - Diário da República n.º 141/2016, Série II de 2016-07-25</i>	Prorrogação do prazo do FIEAE - Fundo Imobiliário Especial de Apoio às Empresas, pelo período de quatro anos. Tem como principais objetivos o apoio de empresas economicamente viáveis, ainda que enfrentando eventuais dificuldades financeiras, apostando por este modo no seu saneamento, na sua estabilização e consolidação, na sua modernização e eventual redimensionamento e, em qualquer caso, na criação, manutenção e qualificação do respetivo emprego. O presente despacho produz efeitos a 12 de maio de 2016
<i>Política Social Decreto Legislativo Regional n.º 16/2016/A - Diário da República n.º 141/2016, Série I de 2016-07-25</i>	Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 7/2016/A, de 8 de abril, que estabelece o regime que enquadra a responsabilidade financeira da Região na prestação de cuidados de saúde aos utentes do Serviço Nacional de Saúde pelo Serviço Regional de Saúde e consagra o princípio da reciprocidade
<i>Impacte ambiental da prospeção de hidrocarbonetos na costa do Algarve e Alentejo Resolução da Assembleia da República n.º 144/2016 - Diário da República n.º 143/2016, Série I de 2016-07-27</i>	Recomenda ao Governo a avaliação do impacte ambiental e dos riscos para outras atividades económicas da prospeção, pesquisa, desenvolvimento e produção de petróleo e/ou gás natural no Algarve e na costa alentejana.
<i>Suspensão dos processos de concessão, exploração e extração de petróleo e gás no Algarve Resolução da Assembleia da República n.º 145/2016 - Diário da República n.º 143/2016, Série I de 2016-07-27</i>	Suspensão imediata dos processos de concessão, exploração e extração de petróleo e gás no Algarve.
<i>Avaliação do Processo Especial de Revitalização (PER) das empresas e dos particulares Resolução da Assembleia da República n.º 148/2016 - Diário da República n.º 144/2016, Série I de 2016-07-28</i>	Recomenda ao Governo: 1 — Proceda, no prazo de 90 dias, ao levantamento estatístico e analítico da aplicação do PER desde 2012, tendo em consideração os planos homologados e a sua taxa de sucesso, ponderado pelas recaídas em novo PER ou insolvência. 2 — Elabore, no mesmo prazo, um relatório com as conclusões da análise efetuada e proponha uma estratégia de recuperação de dívidas de empresas e particulares, no âmbito do Código de Insolvência e Recuperação de Empresas (CIRE), do Sistema de Recuperação de Empresas por Via Extrajudicial (SIREVE), ou através de meios alternativos, em que se assegure a salvaguarda dos direitos dos trabalhadores.
<i>Setor Público Decreto-Lei n.º 39/2016 - Diário da República n.º 144/2016, Série I de 2016-07-28</i>	Procede à terceira alteração ao Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março

Assunto/Diploma	Descrição
<p><i>Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2020</i></p> <p><i>Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/2016 - Diário da República n.º 145/2016, Série I de 2016-07-29</i></p>	<p>Aprova a Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2020.</p> <p>Tem por objetivo estimular a adoção de uma política de compras públicas ecológicas, constituindo -se, assim, como um repositório de boas práticas e reforçando o incentivo para a inovação tecnológica e dos produtos, motivando os fornecedores e os prestadores de serviços para aproveitarem as vantagens de uma contratação ambientalmente orientada, num quadro de efetiva transparência e responsabilidade partilhada.</p>
<p><i>Contrato de Investimento</i></p> <p><i>Despacho n.º 9715/2016 - Diário da República n.º 145/2016, Série II de 2016-07-29</i></p>	<p>Aprova a minuta do Contrato de Investimento e respetivos anexos, a celebrar pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E., em representação do Estado Português, a Mystic Invest, SGPS, S. A., e a Priority Dolphin, S. A., tendo por objeto um projeto de investimento que consiste na construção e no aprestamento de dois barcos-hotel destinados a um conjunto de atividades.</p>
<p><i>Contrato de Investimento</i></p> <p><i>Despacho n.º 9716/2016 - Diário da República n.º 145/2016, Série II de 2016-07-29</i></p>	<p>Aprova a minuta do Contrato de Investimento e respetivos anexos, a celebrar pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E., em representação do Estado Português, a Amy's Kitchen Inc., a Amy's Kitchen International Limited e a Amy's Kitchen Unipessoal, Lda., que tem por objeto um projeto de investimento consistindo na criação, em Santa Maria da Feira, de um estabelecimento destinado ao fabrico de produtos «ready-to-eat»</p>

Lista de Acrónimos

Lista de Acrónimos

Siglas	Descrição	Siglas	Descrição
ACAP	Associação do Comércio Automóvel de Portugal	IUC	Imposto Único de Circulação
ADSE	Direção-geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública	IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
AL	Administração Local	MC	<i>Ministry of Commerce of China</i>
AR	Administração Regional	Michigan	Universidade de Michigan
BCE	Banco Central Europeu	NBSC	<i>National Bureau of Statistics of China</i>
BEA	<i>Bureau of Economic Analysis</i>	OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
BGFRS	<i>Board of Governors of the Federal Reserve System</i>	OE	Orçamento do Estado
BLS	<i>Bureau of Labour Statistic</i>	ONS	Instituto Nacional de Estatística do Reino Unido
BP	Banco de Portugal	OT	Obrigações do Tesouro
BT	Bilhetes do Tesouro	PIB	Produto Interno Bruto
BVLP	Bolsa de Valores de Lisboa e Porto	SDDS	<i>Special Data Dissemination Standard</i>
CE	Comissão Europeia	SFA	Serviços e Fundos Autónomos
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo	SNS	Serviço Nacional de Saúde
CGA	Caixa Geral de Aposentações	SS	Segurança Social
CMM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários	UE	União Europeia
COGJ	<i>Cabinet Office Government of Japan</i>	VAB	Valor Acrescentado Bruto
DGEG	Direção-geral de Energia e Geologia	Yahoo	<i>Finance Yahoo</i>
DGO	Direção-geral do Orçamento		
DGT	Direção-geral do Tesouro		
EPA	<i>Economic Planning Agency</i>		
Eurostat	Instituto de Estatística da UE		
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo		
FMI	Fundo Monetário Internacional		
FSO	Instituto Nacional de Estatística da Alemanha		
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia		
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças		
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional		
IGCP	Instituto de Gestão do Crédito Público		
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social		
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		
INE	Instituto Nacional de Estatística		
INSEE	Instituto Nacional de Estatística da França		
IPC	Índice de Preços no Consumidor		
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas		
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares		
IS	Imposto do Selo		
ISM	<i>Institute for Supply Management</i>		
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos		
ISTAT	Instituto Nacional de Estatística da Itália		
ISV	Imposto sobre Veículos		

Siglas	Unidades
%	Porcentagem
p.p.	Pontos percentuais
p.b.	Pontos base
EUR/USD	Dólar americano por euros
EUR/GBP	Libra esterlina por euros
MM3	Médias móveis de três termos
SRE	Saldo de respostas extremas
VA	Valores acumulados
VC	Varição em cadeia
VCS	Valor corrigido de sazonalidade
VE	Valor efetivo
VH	Varição homóloga
VHA	Varição homóloga acumulada
VITA	Varição intertabelas anualizada. Refere-se a Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho publicados desde o início do ano até ao mês em referência e com início de eficácia no respetivo ano

Notas Gerais

Unidade – unidade/medida em que a série se encontra expressa.

: representa valor não disponível.

- não se aplica.